ANA PAULA SOBREIRA BEZERRA

A INDÚSTRIA TÊXTIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO: INDICADORES DE COMPETITIVIDADE E EMPREGO NO PERÍODO DE 1990 A 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

JOÃO PESSOA–PB
2001

Digitalizado com CamScanner

ANA PAULA SOBREIRA BEZERRA

CENTRAL / UFPB

A INDÚSTRIA TÊXTIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO: INDICADORES DE COMPETITIVIDADE E EMPREGO NO PERÍODO DE 1990 A 1999

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Economia da Empresa

Orientador: Prof. Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti

CE/UFPB
677(043)
B574i

João Pessoa, PB

2001

Digitalizado com CamScanner

ANA PAULA SOBREIRA BEZERRA

A INDÚSTRIA TÊXTIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO: INDICADORES DE COMPETITIVIDADE E EMPREGO NO PERÍODO DE 1990 A 1999

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/07/2001

Prof. Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcanti
Orientador

Prof.ª Dr.ª Lúcia Maria Góes Moutinho
Examinadora

Prof. Dr. Abraham Benzaquen Sicsú
Examinador

JOÃO PESSOA-PB
2001

Digitalizado com CamScanner

DEDICATÓRIA

A Claudionor de Oliveira Bezerra, meu pai, *(in memoriam*) e Maria Célia Cavalcanti Sobreira Bezerra, minha mãe.

Por sempre terem acreditado em meu potencial e pelo esforço em me darem uma grande educação.

POEMA DE NATAL

(Vinícius de Moraes)

Para isso fomos feitos:
Para lembrar e ser lembrados
Para chorar e fazer chorar
Para enterrar os nossos mortos –
Por isso temos braços longos para os adeuses
Mãos para colher o que foi dado
Dedos para cavar a terra.

Assim será a nossa vida:
Uma tarde sempre a esquecer
Uma estrela a se apagar na treva
Um caminho entre dois túmulos –
Por isso precisamos velar
Falar baixo, pisar leve, ver
A noite dormir em silêncio.

Não há muito que dizer:
Uma canção sobre um berço
Um verso, talvez, de amor
Uma prece por quem se vai –
Mas que essa hora não esqueça
E por ela os nossos corações
Se deixem, graves e simples.

Pois para isso fomos feitos:
Para a esperança no milagre
Para a participação da poesia
Para ver a face da morte –
De repente nunca mais esperaremos...
Hoje à noite é jovem; da morte, apenas
Nascemos, imensamente.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Guilherme Cavalcanti, pela objetividade e busca sempre da liberdade de expressão.

À coordenação do Curso de Mestrado em Economia, nos nomes da professora Lúcia Moutinho e Ivan Targino, pelo ambiente democrático e excelente trabalho.

Aos professores do Curso de Mestrado em Economia da UFPB, por grandes cursos e excelente ambiente de trabalho.

Ao Professor Glaudionor Gomes Barbosa, meu marido, pelo apoio e estímulo constante.

À Bianca Letícia Sobreira Barbosa, minha filha, que foi gerada e nascida durante o Curso.

Aos meus irmãos, pela confiança depositada.

À Zélia Machado, minha tia, sem a qual teria sido muito mais difícil de enfrentar as grandes dificuldades surgidas.

Aos meus enteados, pelo clima de amizade e pela compreensão dos momentos difíceis.

Ao mestrando Adriano Nascimento Paixão pela ajuda na manipulação dos dados da RAIS.

Ao Pessoal Administrativo do curso, pelo ambiente de amizade, em especial Terezinha Polari.

Aos colegas do Mestrado, por terem tornado agradável a convivência durante o Curso.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS x

LISTA DE QUADROS xiii

LISTA DE FIGURAS.....xiv

LISTA DE GRÁFICOS.....xv

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....xvi

RESUMO xviii

1. INTRODUÇÃO 19

2. ABERTURA COMERCIAL, COMPETITIVIDADE E CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL 22

2.1. Globalização e abertura comercial.....22

2.2. Estratégias competitivas.....27

2.2.1. Definição de competitividade.....27

2.2.2. Evolução do conceito de competitividade.....29

2.2.3. Determinantes da competitividade.....32

2.2.4. Avaliação da competitividade.....34

2.3. Caracterização da indústria têxtil.....39

3. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE PERNAMBUCO.....42

3.1. Introdução 42

3.2. Histórico.....43

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....64

5. INDICADORES DE COMPETITIVIDADE E EMPREGO NA INDÚSTRIA TÊXTIL.....68

5.1. Funcionamento e modernização da indústria têxtil 68

5.2. A indústria têxtil nacional 75

5.3. A indústria têxtil de Pernambuco.....85

5.4. Comparação entre Pernambuco e Brasil.....89

6. CONCLUSÃO.....110

7. BIBLIOGRAFIA 113

ABSTRACT.....120

ANEXOS.....121

Anexo 1: Média salarial

Brasil – 1990/1998.....122

Anexo 2: Média salarial

Pernambuco – 1990/1998.....123

Anexo 3: Concentração salarial

Brasil – 1990/1998.....124

Anexo 4: Concentração salarial

Pernambuco – 1990/1998.....125

Anexo 5: Grau de instrução

Brasil – 1990/1998.....126

Anexo 6: Grau de instrução

Pernambuco – 1990/1998.....127

Anexo 7: Rotatividade
Brasil – 1990/1998.....128

Anexo 8: Rotatividade
Pernambuco – 1990/1998.....129

Anexo 9: Experiência
Brasil – 1990/1998.....130

Anexo 10: Experiência
Pernambuco – 1990/1998.....131

Anexo 11: IQEF
Brasil – 1990/1998.....132

Anexo 12: IQEF
Pernambuco – 1990/1998.....133

LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 Projetos de reequipamento examinados pela SUDENE Nordeste – até novembro de 1964 57

TABELA 3.2 Fábricas em implantação segundo os tipos de matéria-prima, empregados e produtos a fabricar Nordeste 59

TABELA 5.1 Produção, importação e exportação de fios Brasil – 1990/1998 76

TABELA 5.2 Número de estabelecimentos e de empregados no segmento de fiação Brasil – 1990/1997 77

TABELA 5.3 Produção, exportação e importação de tecidos Brasil – 1990/1997 80

TABELA 5.4 Número de estabelecimentos e de empregados no segmento de tecelagem Brasil – 1990/1997 81

TABELA 5.5 Capacidade instalada por tipo de teares Brasil – 1999 82

TABELA 5.6 Idade média de algumas máquinas no segmento de tecelagem Brasil – 1989/1995 83

TABELA 5.7 Indicadores do segmento de malharia Brasil – 1990/1997 84

TABELA 5.8 Fases de atuação na cadeia produtiva
Pernambuco – 1999.....87

TABELA 5.9 Indústria têxtil: produtos e volume de produção
Pernambuco – 1999.....89

TABELA 5.10 Média salarial e emprego na indústria têxtil
Brasil e Pernambuco – 1990/1998.....90

TABELA 5.11 Concentração salarial
Brasil e Pernambuco – 1990/1998.....93

TABELA 5.12 Rotatividade da mão-de-obra
Brasil e Pernambuco – 1990/1998.....95

TABELA 5.13 Grau de instrução
Brasil e Pernambuco – 1990/1998.....97

TABELA 5.14 Nível de experiência
Brasil e Pernambuco – 1990/1998.....100

TABELA 5.15 Índice de Qualificação do Emprego Formal (IQEF)
Brasil e Pernambuco – 1990/1998.....101

TABELA 5.16 Alíquotas da tarifa aduaneira de algodão
Brasil – 1988/2001.....105

TABELA 5.17 Contas do Balanço de Pagamentos
Brasil – 1994/1998.....106

TABELA 5.18 Indústria têxtil – valores da produção
Pernambuco – 1994/1999.....107

TABELA 5.19 Indústria têxtil – valores da produção
Brasil – 1994/1999.....108

LISTA DE QUADROS

QUADRO 5.1 Importância das propriedades de fibras em cada tipo de filatório.....73

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 5.1 Configuração básica da cadeia têxtil.....70

BIBLIOTECA CENTRAL / UFPB

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 5.1 Média salarial
BRASIL e PERNAMBUCO.....91

GRÁFICO 5.2 Concentração salarial
BRASIL e PERNAMBUCO.....94

GRÁFICO 5.3 Rotatividade da mão-de-obra
BRASIL e PERNAMBUCO.....96

GRÁFICO 5.4 Grau de instrução
BRASIL e PERNAMBUCO.....98

GRÁFICO 5.5 IQEF
BRASIL e PERNAMBUCO.....102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCS	Centro de Ciências Sociais
CERTEX	Centro Regional de Treinamento Têxtil
CERTTEX	Centro Regional de Treinamento e Tecnologia Têxtil
CETIQT	Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CONCEX	Conselho de Comércio Exterior
CONDEPE	Instituto de Planejamento de Pernambuco
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo lodi
IQEF	Índice de Qualificação do Emprego Formal
P & D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento de Pernambuco
RAIS	Relatório das Informações Sociais
RCT	Revolução Científico-Tecnológica

SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SINDITÊXTIL	Sindicato da indústria Têxtil
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TSAP	Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV	Unidade Real de Valor

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o que ocorreu com a indústria têxtil de Pernambuco no período 1990/1999, ou seja, depois da abertura comercial do final da década de 1980 e se esta conseguiu se tornar competitiva comparativamente à indústria têxtil nacional. Ao fazê-lo, procurou-se verificar o comportamento da produtividade, medir o grau de qualificação da mão-de-obra e observar se houve redução de custos comparando alguns indicadores de competitividade para Pernambuco e Brasil. Buscou-se averiguar porque a competitividade da indústria têxtil de Pernambuco está baseada, principalmente, nos baixos salários e porque ela não conseguiu se tornar competitiva em comparação com o Brasil. Para tanto, utilizaram-se dados da FIBGE e da RAIS/ Ministério do Trabalho. Os resultados da pesquisa indicam que a produtividade, a massa e a média salarial, além do volume de emprego, caíram em Pernambuco e, no Brasil, a produtividade, a massa e a média salarial reduziram-se, contudo o nível de emprego aumentou. Também mostraram que a qualificação da mão-de-obra reduziu-se no período analisado. Isto indica que houve uma queda de competitividade no Brasil e em Pernambuco, só que maior no estado, além de associada à redução de emprego, o que mostra diminuição de competitividade com recessão na indústria têxtil de Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

Como em praticamente todos os processos de industrialização, desde o inglês, a indústria têxtil foi uma das primeiras a surgir em Pernambuco, tendo sido, sempre, um dos mais tradicionais setores da economia do Estado. Vários foram os fatores indutores do seu surgimento como, por exemplo, a extinção do tráfico de escravos, no ano de 1854 e a substituição das caixas de madeira pelos sacos de algodão, aniagem e juta para embalagem da agroindústria açucareira.

No ano de 1874, surge a primeira fábrica têxtil de Pernambuco, a Fábrica da Madalena. O setor, no Estado, se desenvolveu bastante, principalmente após a Revolução Industrial, quando passou a exportar tecidos para os Estados Unidos.

Contudo, alguns problemas foram surgindo, como, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial, que dificultou a importação de máquinas têxteis, o que tornou o setor defasado tecnologicamente em relação a alguns outros países. Pernambuco, particularmente, perdia espaço também a nível nacional, devido à falta de competitividade com relação a alguns estados do País, como São Paulo, por exemplo.

No período entre as duas grandes guerras, devido ao fato dos países, de uma maneira geral, estarem em reconstrução e, portanto, sem importar, a indústria têxtil nacional sofreu uma grande crise de superprodução, havendo grande acúmulo de estoques.

Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, a situação se reverteu, uma vez que, tanto o mercado interno quanto os países sul-americanos passaram a demandar tecidos, devido ao fato das importações estarem dificultadas.

Contudo, após a guerra a situação voltou ao normal, e a indústria têxtil brasileira teve uma queda na sua demanda, sendo os seus produtos gradativamente substituídos pelos de outros países que produziam bens de melhor qualidade.

Na década de 50, a indústria têxtil de Pernambuco passou por uma grave crise, devido à baixa competitividade com o parque nacional e uma baixa tecnologia, estando a sua produção concentrada em tecidos grossos, devido ao obsoletismo do equipamento que, na época, remontava a uma média de 30 anos de uso.

No final da década de 60, a SUDENE tirou Pernambuco da faixa A dos incentivos fiscais, priorizando o Ceará e a Paraíba.

Nas décadas de 70 e 80, a indústria têxtil sofreu uma grande crise, quando, somado a todos os fatores já descritos anteriormente, teve-se a praga do bicudo[1].

A abertura comercial, implantada a partir de 1990, juntamente com a redução das tarifas para importação, contribuíram para um cenário de grandes dificuldades do setor. Portanto, as empresas que conseguiram sobreviver a tudo isso só tinham um caminho a seguir: buscar competitividade.

O problema da pesquisa é procurar verificar se a indústria têxtil de Pernambuco conseguiu sobreviver ao impacto da abertura comercial e se tornar competitiva comparativamente à indústria têxtil nacional.

Este trabalho levanta as seguintes hipóteses:

a) a melhoria da competitividade da indústria têxtil de Pernambuco está baseada, principalmente, nos baixos custos salariais;

b) a indústria têxtil de Pernambuco não conseguiu se tornar competitiva comparativamente ao resto do país.

Portanto, este estudo pretende avaliar, como objetivo geral, a competitividade da indústria têxtil pernambucana visando detectar através de alguns indicadores, se ela, comparativamente ao Brasil, melhorou o seu padrão de competitividade.

Nessa perspectiva, a competitividade da indústria têxtil pernambucana é aqui entendida como a capacidade, real ou potencial, de o setor manter ou expandir sua participação nos mercados nacional e internacional, além de promover, simultaneamente, a melhoria da qualidade e da produtividade.

Como objetivos específicos, podem-se citar:

a) analisar o comportamento da produtividade do setor têxtil;

b) medir a qualificação e o grau de rotatividade da mão-de-obra;

c) verificar se houve redução de custos e comparar alguns indicadores de competitividade para Pernambuco e para o Brasil.

A importância do estudo torna-se perceptível quando se observa que a indústria de Pernambuco é fortemente caracterizada pela presença de setores tradicionais, entre os

---

[1] Praga que atingiu o algodão de Pernambuco, destruindo grande parte da sua produção.

quais o segmento têxtil assume fundamental importância, tendo em vista o fato de que este setor foi um dos pioneiros do parque industrial do Estado.

Além desta introdução, o trabalho está composto de mais cinco capítulos. O capítulo dois, onde se fará, inicialmente, uma breve descrição da globalização e da abertura comercial e, posteriormente, uma revisão da literatura acerca dos diversos conceitos de competitividade e de seus indicadores com a finalidade de fundamentar teoricamente o trabalho.

O capítulo três fará o estudo do desenvolvimento histórico da indústria têxtil de Pernambuco, desde o surgimento das primeiras empresas, passando pelo período de crescimento e de decadência, até a sua situação nos dias atuais.

No capítulo quatro, serão mostrados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do trabalho, em termos do tipo e do local de pesquisa, das variáveis e critérios de análise, da forma de coleta dos dados, e do tratamento e análise dos mesmos etc.

No capítulo cinco, dedicar-se-á uma primeira parte ao estudo da competitividade da indústria têxtil do Brasil. Na segunda parte do capítulo será feito um estudo de alguns indicadores de competitividade para Pernambuco e Brasil, buscando-se, de acordo com os dados disponíveis, verificar se a indústria têxtil de Pernambuco é ou não competitiva, comparativamente ao Brasil.

Por fim, tem-se a conclusão, que é o capítulo seis, onde serão reunidos e apresentados os resultados obtidos por esta pesquisa.

2. ABERTURA COMERCIAL, COMPETITIVIDADE E CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

2.1 –Globalização e abertura comercial

O surgimento do mercantilismo e a expansão marítima do século XVI, pode-se dizer, delimitaram o surgimento da chamada economia mundial, a qual se consolidará no século XIX, tendo a Inglaterra exercido um papel hegemônico por ter realizado a primeira revolução industrial. Durante todo o século XIX e início do século XX, o capitalismo continua se desenvolvendo e, com ele, o comércio entre as nações.

Contudo, a Segunda Guerra Mundial é redefinidora deste processo, uma vez que, até então, o comércio se dava via importação de matérias-primas do exterior, sendo o processo de produção ainda local ou nacional. A partir de então, ocorrerá um processo forte e contínuo de integração da produção mundial. A economia ocidental, através das multinacionais, aflora em diversos pontos do globo com conseqüente expansão do mercado de capitais e dos recursos através das mesmas.

Na Europa, tem-se o Mercado Comum Europeu, onde vários países da Europa começam a se articular, comercial, agrícola e industrialmente, começando a dar os primeiros passos na consolidação monetária, financeira e de serviços, na busca de uma hegemonia como forma de proteção à expansão da mundialização.

O Japão, a despeito de ter sido um dos países mais atingidos na Segunda Guerra, consegue fazer uma articulação com parte da economia asiática visando exportar para os Estados Unidos, o que faz com que acumule enormes excedentes em dólares tornando-o uma das potências financeiras, principalmente a partir de 1980.

Tem-se a integração de todas as regiões do mundo, em maior ou menor escala, tanto entre os componentes da mesma região como entre estes e outras regiões do mundo.

BIBLIOTECA CENTRAL

Contudo, por serem os Estados Unidos o principal centro dessa nova economia mundial, qualquer fato de sua economia interna afetava diretamente todo o planeta.

Do final dos anos 60 para a primeira metade dos anos 70, as economias crescem a taxas muito lentas, em paralelo com altas taxas de inflação, o que configura a estagflação, o que leva a um esgotamento do modelo de crescimento baseado nas políticas intervencionistas.

No ano de 1975, Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental encomendam um relatório para tratar dos problemas das economias ocidentais[1], onde se dizia que estes problemas não são decorrentes da dinâmica capitalista, mas sim oriundos de um processo político e democrático que fez com que a atividade dos governos nas economias se tornasse excessiva, tornando-a incapaz de se realizar. As soluções sugeridas por este relatório eram as seguintes: reforço na capacidade dos Estados de exercerem o governo e liberação, por parte dos Estados, de um conjunto de obrigações assumidas em prol do bem estar social. Era a onda neoliberal que estava chegando. O primeiro país a implantá-la foi o Chile do general Pinochet, o que sugere que não há nenhuma relação necessária entre neoliberalismo e democracia.

No ano de 1979, a Inglaterra elege Margaret Thatcher e se torna o primeiro país desenvolvido a aplicar o programa neoliberal. ANDERSON (1996), fala o seguinte a respeito do neoliberalismo na Inglaterra:

> *"O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente - esta foi uma medida surpreendentemente tardia -, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Este pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado."* (ANDERSON, 1996, p. 12).

[1] Este relatório foi denominado de *"The Crises of Democracy"*.

Começo da década de 1980. Nos Estados Unidos, o governo Reagan, que foi o segundo país nesta época a vivenciar o neoliberalismo. Há uma política de elevação de demanda nos Estados Unidos com conseqüente aumento do seu déficit fiscal, com impactos positivos sobre o Japão e a Europa, que passam, então, a exportar seus produtos industriais em uma enorme proporção. Como resultado, déficits cambiais americanos e superávits para Japão e Europa, especialmente Alemanha. Elevação da taxa de juros como forma de financiar o déficit fiscal dos Estados Unidos, o que implica em uma reabsorção dos dólares do Japão e Europa pelos Estados Unidos, gerando aumento da renda nacional americana com brutal déficit fiscal e sem inflação. Países "emergentes", que tinham tomado empréstimos elevados a taxas baixas, porém flutuantes, são penalizados com essas medidas. Para pagar seus empréstimos, tomam novos empréstimos até que, em 1983, os países credores exigem o pagamento dos juros da dívida externa, o que é feito através da geração de enormes superávites comerciais, comprimindo, desta forma, a demanda dos países devedores.

A onda neoliberal prossegue, atingindo a Alemanha, em 1982, a Dinamarca, em 1983 e quase todos os países do norte da Europa, menos Suécia e Áustria. Na América Latina, tem-se a adesão da Bolívia, em 1985. Em 1988, tem-se o México, em 1989 a Argentina e a Venezuela e o Peru em 1990.

O "Consenso de Washington" serviu para fomentar o neoliberalismo na América Latina, e foi feito a partir do encontro realizado em novembro do ano de 1989 em Washington, onde reuniu membros do governo dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sugeriu um programa de dez pontos:

> *"1. disciplina fiscal;*
> *2. priorização dos gastos públicos;*
> *3. reforma tributária;*
> *4. liberalização financeira;*
> *5. regime cambial;*
> *6. liberalização comercial;*
> *7. investimento direto estrangeiro;*
> *8. privatização;*
> *9. desregulação;*
> *10.propriedade intelectual (Baptista, 1994, p.26)."* (MORAES, 1999, p. 172).

Paralelamente a estes fatos, a recuperação ocorrida no início da década de 1980 após anos de crise, fez com que houvesse o desenvolvimento e, mais do que isso, a incorporação de novas tecnologias que foram desenvolvidas, a despeito da crise, o que reestruturou a economia mundial em novas bases.

Inicia-se, assim, uma grande luta em busca da competitividade internacional, o que leva a novas fusões entre as empresas, na tentativa de operarem em escala mundial, surgindo, assim, formas de cooperação científico-tecnológicas entre as mesmas.

A mundialização do capital, iniciada na década de 1970, também propicia a internacionalização da economia, tornando as empresas mais capitalizadas, uma vez que, agora, o capital é volátil, ou seja, se desloca sempre para onde há maior rentabilidade, e elevando, desta forma, as operações financeiras a nível mundial.

Há uma unificação, em segundos, dos diversos mercados mundiais, o que só é possível devido ao surgimento de um novo padrão de comunicação via internet, que permite a quase instantaneidade de informações entre os diversos países do mundo, tudo isso devido à automação da produção, dos serviços, dos escritórios das empresas e até das residências.

Portanto, o que vinha se operando de forma mais ou menos lenta após a Segunda Guerra, com a Revolução Científico Tecnológica (RCT) deu um salto muito grande, levando a uma necessidade constante de evolução, de pesquisa, de descoberta de novas tecnologias e ultrapassagem rápida das mesmas.

No final da década de 1980, paralelamente a essa RCT, tem-se o fim da guerra fria, como conseqüência de uma atitude firme e ofensiva da União Soviética perante os Estados Unidos. Uma nova mentalidade de política exterior teve como resultado a democratização da Europa Oriental e da União Soviética. A queda do Muro de Berlim, em 1989, a desarticulação da URSS em 1991 e a reunificação da Alemanha, surgem como conseqüência de todo esse processo.

Vem a década de 1990, e com ela o período crítico das transformações ocorridas na Europa Oriental e na URSS, através do seu desmonte e da transformação da mesma em Repúblicas Independentes (transformação de uma economia planificada

em economias de mercado) aliado a crises financeiras e de abastecimento, guerras civis, instabilidade política, desemprego em massa e recrudescimento da miséria.

No Brasil, a década de 1980 foi de grandes transformações políticas. No ano de 1984, tem-se a campanha das "Diretas Já" em busca de eleições diretas para presidente. No ano de 1986, tem-se a implantação do Plano Cruzado, que é o primeiro de uma série de planos de estabilização econômica, visando o controle da economia, através de medidas fiscais e monetárias, e de ações heterodoxas, como congelamento de preços e salários.

Em 1989, tem-se, após 29 anos, a eleição presidencial por voto direto, onde é eleito Fernando Collor de Mello, assumindo uma economia com uma inflação de quase 80% ao mês, um déficit público de 6,5% do PIB, queda de 30% no salário mínimo e piora acentuada na distribuição de renda. (MORAES, 1999, p. 176).

Collor assume e imediatamente divulga um novo plano de estabilização, que vigorará através de um conjunto de medidas provisórias.

Inicia-se, no Brasil, a abertura comercial, com o fim da reserva de mercado para a informática e queda das barreiras para importação, o que tem grande impacto sobre a economia nacional. Por um lado, faz com que grandes empresas nacionais procurem associação com empresas do exterior em busca da aquisição de tecnologia, por outro, coloca o país em situação de fragilidade, uma vez que não tem condições, após tantos anos de fechamento do mercado, de competir com outros países. Esse é um fato importante, uma vez que com a abertura comercial as empresas tiveram de competir com produtos do exterior e, desta forma, se tornarem competitivas para que pudessem sobreviver agora em uma economia mundializada. Algumas "quebraram", outras "apenas" perderam mercado e um terceiro grupo reestruturou-se para enfrentar a concorrência.

2.2- Estratégias competitivas

2.2.1- Definição de competitividade

Aparentemente, a definição de competitividade é fácil, lógica e direta: uma firma será competitiva se os seus produtos tiverem aceitação no mercado, levando-se em conta os seus competidores, ou seja, se a firma consegue, a despeito dos concorrentes, adquirir e manter uma fatia do mercado, seja através da diferenciação de seu produto, seja através de menores custos, seja através de um desenvolvimento tecnológico ou ainda de facilidade para o crédito.

Contudo, a definição não é tão simples e direta assim. A competitividade pode ser um fenômeno ex-ante ou ex-post da atividade produtiva. Caso a competitividade seja vista através do conceito de desempenho, terá um conceito ex-post, uma vez que é avaliada através do comércio exterior, ou seja, as indústrias competitivas são aquelas que conseguem ampliar sua participação na oferta de determinado produto para o exterior. Caso se utilize o conceito de eficiência, que é a capacidade que tem a empresa de transformar insumos em produtos com o máximo rendimento ou o mínimo de perdas possível através, principalmente, dos preços, custos (principalmente salários), qualidade e produtividade, a análise é ex-ante.

Foi por volta da década de 70 que, tanto a nível mundial como em termos de Brasil, a competitividade começou a ser debatida. A nível mundial devido ao esgotamento dos mercados internos e ao acirramento da concorrência das diversas nações desenvolvidas. No caso do Brasil, o fator motivante foi o desequilíbrio da Balança de Pagamentos, inicialmente, e, posteriormente, o esgotamento do modelo de substituição das importações.

> *"Uma das principais conseqüências deste processo deu-se com as profundas transformações no campo da produção, evidenciadas pela redução substancial do potencial de produtividade do sistema fordista-taylorista e pela emergência de um novo paradigma tecno-econômico: a especialização flexível. Tal sistema significava mudanças internas às empresas e também na forma delas se relacionarem com os outros agentes econômicos.*

> *No plano do relacionamento com outros agentes, firmas isoladas passaram a significar menor potencial de concorrer no mercado. As relações com fornecedores e clientes (inclusive finais) deixaram de ser meramente contratuais, formando-se redes de cooperação nas quais a confiabilidade e a competência eram o objetivo principal a se atingir. Ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais comum a formação de alianças tecnológicas entre os próprios concorrentes.*
> *No que se refere às empresas, e nos seus mais diferentes setores, pelo menos duas transformações importantes eram notadas. De um lado, a incorporação crescente da microeletrônica e da informática, principalmente por meio das tecnologias de informação e dos processos de automação flexível delas gerados. De outro, a utilização cada vez maior das novas técnicas organizacionais (qualidade total, just in time, etc.), e a substituição das relações hierárquicas verticais – em forma de pirâmide – pelas horizontais – em forma de rede -, além da tendência de redução dos próprios níveis hierárquicos."* (PEREZ, 1997, p. 4).

Além do próprio complicador implícito no conceito de competitividade, tem-se um outro: a necessidade de dinamização do modelo, necessidade esta que não é apontada pelo enfoque desempenho-eficiência. Portanto, o ser competitivo decorre de um elo entre o passado e o presente, com reflexos no futuro da empresa, ou seja, decisões tomadas no passado podem ter tornado a empresa competitiva hoje e decisões tomadas hoje, tanto em relação ao treinamento da mão-de-obra, pesquisas tecnológicas, absorção de um determinado mercado, maior capacidade de financiamento, etc., podem tornar a empresa competitiva, ou mais competitiva, no futuro.

Muitos autores adotam um conceito estático e genérico de competitividade. Estático por não avaliar a evolução da competitividade através de, por exemplo, padrões de financiamento, progresso técnico, etc., e genérico por ser a competitividade tratada a nível de toda a economia, como se os diversos elementos considerados tivessem a mesma importância nos vários setores da economia.

2.2.2- Evolução do conceito de competitividade

Inicialmente, a competitividade estava relacionada à Teoria do Comércio Internacional, mais especificamente à Teoria das Vantagens Comparativas, onde se acreditava que um país deveria se especializar na produção daqueles bens para os quais possuísse recursos naturais em abundância, e trocá-los no comércio internacional pelos outros bens que não produzisse. Assim, acreditavam os teóricos que defendiam tal teoria, cada país sairia vantajoso quando transacionasse com os outros no comércio internacional.

Ora, tal teoria foi posta em dúvida com o chamado Paradoxo de Leontief, uma vez que os Estados Unidos, mesmo com excesso de capital, exportavam bens intensivos em mão-de-obra. Portanto, a vantagem comparativa não é suficiente para a explicação da busca da competitividade pelos países atualmente, sendo este conceito substituído, agora, pelo de vantagens competitivas, vantagens estas que se dão via prazo de entrega, serviços mais eficientes, reduzida quantidade de defeitos, etc.

Outra característica, ligada à noção de competitividade por muito tempo, é a grande importância da influência da macroeconomia na determinação do grau de competitividade de uma empresa. Ora, fenômenos como taxas de câmbio desvalorizadas, juros baixos, reduzidos déficites governamentais, superávit na Balança Comercial, não conseguiram fazer com que alguns países pudessem ser bem sucedidos em termos de competitividade, enquanto que em outros que contradisseram estas políticas o foram.

Ainda pode ser apontado um outro problema para se avaliar a competitividade: o uso de poucas variáveis empíricas. Na maior parte dos casos mais tradicionais utiliza-se apenas um indicador de eficiência e outro de desempenho, que são insuficientes para a medição correta da competitividade, como pode ser constatado no Paradoxo de Kaldor:

> *"Este refere-se a um estudo sobre o desempenho econômico dos países centrais durante duas décadas, concluindo que no período em questão as economias que mais melhoraram sua performance nas exportações (Japão e Alemanha) são também as que mais pioraram a*

> *competitividade nas variáveis relativas a custo (no caso as que mais aumentaram salário), o inverso acontecendo com Reino Unido e Estados Unidos. Assim, não parece ser este o melhor caminho para se avaliar um fenômeno cuja enorme complexidade é cada vez mais reconhecida, apesar das análises individuais das variáveis serem coerentes, o que inclusive recomenda sua utilização em estudo de mais amplo alcance."*[2] (GRASSI, 1997, p.7).

Mesmo assim, estes fatores devem ser considerados importantes, uma vez que o grau de prejuízo que podem trazer não deve ser desconsiderado.

Portanto, era necessário que se buscasse uma teoria que privilegiasse o caráter dinâmico existente na competitividade. No início da década de 80, duas tendências se tornaram predominantes: a Nova Teoria do Comércio e os estudos de autores neo-schumpterianos. A primeira ainda tinha alguns problemas por "*reduzir a mudança tecnológica a efeitos baseados em curvas de aprendizado e, apesar de incluir concorrência oligopólica, supor freqüentemente a presença de mecanismos de compensação entre atores simétricos.*" (GRASSI, 1997, p. 8).

A outra, que era baseada na inovação, tornou-se a base de uma teoria mais dinâmica de competitividade, que é uma abordagem neo-schumpteriana. De acordo com esta corrente, tem-se uma visão mais sistêmica de competitividade, onde são analisados aspectos referentes a:

a) integração vertical e horizontal das empresas e quais as estratégias empresariais adotadas;
b) como se dá a inovação e a difusão tecnológica ao longo da cadeia produtiva;
c) quais são os principais produtos e insumos e quais os seus mercados;
d) o ambiente institucional de apoio à empresa.

Como aspectos internos à empresa, pode-se citar:

a) recursos humanos (treinamento da mão-de-obra);
b) controle de qualidade das mercadorias produzidas;
c) gestão tecnológica, que é vista através de:

(c.1) utilização de normas técnicas (ISO 9000, ABNT, etc.);

---

[2] *Um importante estudo brasileiro (BNDES, 1992) segue caminho parecido. Analisando a competitividade da indústria brasileira para um período de 20 anos e baseando-se somente em dois indicadores (um de eficiência e o outro de desempenho), o primeiro deles acabou concluindo que o Brasil perdera competitividade no período e o segundo chegou ao resultado oposto, conforme notaram Fajnzylber et al. (1993).* (GRASSI, 1997, p. 7).

(c.2) uso de técnicas de organização da produção;

(c.3) resolução de problemas tecnológicos;

(c.4) terceirização de processos técnicos da produção;

(c.5) instituições que auxiliam no desenvolvimento de novos produtos.

d) P & D, que é visto através:

(d.1) existência ou não de projetos cooperativos em P & D;

(d.2) percentual de gastos em P & D;

(d.3) fontes de informação relativas a novas tecnologias e novos produtos;

(d.4) instituições a que elas recorrem no que tange à questão do P & D.

Para que o conceito de vantagem competitiva se torne mais adequado, é necessário que se inclua o conceito de estratégia empresarial.

Além disso, é necessário que se faça uma diferenciação entre a chamada competitividade "espúria" e a "autêntica", classificação esta dada por FAJNZYLBER (apud HAGUENAUER, 1989, p. 13/14). Os baixos salários, a manipulação da taxa de câmbio, os subsídios às exportações e um nível elevado de rentabilidade no mercado interno, que podem levar a uma melhoria no desempenho externo, tendo, contudo, um efeito a curto prazo, são fatores característicos da competitividade "espúria". Já a competitividade "autêntica" exige aumento de produtividade, aumento este que só ocorre via incorporação de progresso técnico.

> *"Neste ponto, duas observações ajudam a entender a insuficiência mencionada e o papel da estratégia. Por um lado, a empresa pode ter bom desempenho no mercado sem ser eficiente. Neste caso, ela estaria valendo-se de expedientes 'espúrios', na linguagem de Fajnzylber (1998), que podem logo ser suplantados por outra empresa mais capacitada. Por outro lado, pode ser eficiente, mas sem que isso se reflita num desempenho ideal, conseqüência, por exemplo, de uma estratégia equivocada.*
> *Portanto, para se garantir um nível sustentável de competitividade, é importante que, além de eficiente, a empresa necessariamente tenha uma estratégia adequada, que permita traduzir esta eficiência em um bom desempenho no mercado – o que só se verificará ex post."* (GRASSI, 1997, pp. 8/9).

Portanto, os verdadeiros determinantes de competitividade são a capacitação (tanto tecnológica como produtiva e gerencial) e a estratégia das empresas, além dos

fatores setoriais e sistêmicos, que são aqueles referentes ao ambiente que cerca a empresa. Logo, deve-se dar grande importância à inovação tecnológica (tecnologia, insumos, produtos, processos, novas formas de comercialização e distribuição) como fator chave de aquisição de vantagens competitivas por parte das empresas, uma vez que aquelas firmas que conseguem ser mais rápidas que as concorrentes, conseguem vantagens extras, como reputação e economias de escala, além do aprendizado. Para tanto, é necessário que as empresas que tomam a iniciativa tenham um conhecimento privilegiado do mercado, caso contrário não conseguirão o êxito almejado.

Além de tudo isso, as vantagens competitivas levam algum tempo para serem alcançadas e, portanto:

> *"a análise de competitividade deve levar em conta a cumulatividade das vantagens competitivas adquiridas pela empresa. Também é necessário que a empresa detenha capacidade para implementar a estratégia, sendo esta fundada não somente na capacitação técnica, mas também no desempenho passado da firma, que se traduz em capacidade financeira, relações com fornecedores e usuários, imagem conquistada, diferenciação de seus produtos, grau de concentração do mercado, etc."* (COUTINHO & FERRAZ, 1995, pp. 18/19).

2.2.3- Determinantes da competitividade

Os determinantes da competitividade podem ser divididos, segundo COUTINHO & FERRAZ (1995), da seguinte forma:

a) Os fatores internos à empresa, ou seja, aqueles que estão sob a esfera de decisão da empresa, como, por exemplo:

> *"Incluem os estoques de recursos acumulados pela empresa, as vantagens competitivas que possuem e a sua capacidade de ampliá-las. Pode-se citar, entre outros, a capacitação tecnológica e produtiva; a qualidade e a produtividade dos recursos humanos; o conhecimento do mercado e a capacidade de se adequar às suas especificações; a qualidade e a amplitude de serviços pós-vendas; as relações privilegiadas com usuários e fornecedores."* (COUTINHO & FERRAZ, 1995, pp. 20/ 21).

Sabe-se que os sistemas empresariais que são competitivamente vitoriosos hoje em dia são aqueles em que a gestão se combina com o seguinte: a) forte presença de indústrias líderes, tanto em inovação tecnológica como em crescimento, aliado à centralização do capital em grupos multisetoriais; b) associação solidária entre o banco e a indústria, funcionando o banco como uma espécie de "pulmão" (na linguagem de COUTINHO & FERRAZ) financeiro do grupo.

b) Os fatores estruturais, ou setoriais, são aqueles que estão apenas parcialmente sob a área de influência da firma e caracterizam o ambiente de concorrência da firma.

> *"Integram esse grupo aqueles relacionados:*
> 1) *às características dos mercados consumidores em termos de sua distribuição geográfica e em faixas de renda; grau de sofisticação e outros requisitos impostos aos produtos; oportunidades de acesso a mercados internacionais; as formas e os custos de comercialização predominantes;*
> 2) *à configuração da indústria em que a empresa atua, tais como grau de concentração, escalas de operação, atributos dos insumos, potencialidade de alianças com fornecedores, usuários e concorrentes, grau de verticalização e diversificação setorial e ritmo, origem e direção do progresso técnico;*
> 3) *à concorrência, no que tange às regras que definem condutas e estruturas empresariais em suas relações com consumidores, meio ambiente e competidores; o sistema fiscal-tributário incidente sobre as operações industriais; práticas de importação e exportação e a propriedade dos meios de produção (inclusive propriedade intelectual)."* (COUTINHO & FERRAZ, 1995, p. 20).

c) Os fatores sistêmicos, que são aqueles que constituem externalidades para a empresa, afetando, também, as características do ambiente competitivo podendo ter importância no grau de vantagens competitivas de uma firma perante suas rivais no mercado internacional.

> *"Podem ser de diversas naturezas:*
> 1. *Macroeconômicos, como taxa de câmbio, oferta de crédito e taxas de juros;*

> 2. *Político-institucionais, como as políticas tributária e tarifária, as regras que definem o uso do poder de compra do Estado e os esquemas de apoio ao risco tecnológico;*
> 3. *Regulatórios, como as políticas de proteção à propriedade industrial, de preservação ambiental, de defesa da concorrência e proteção ao consumidor;*
> 4. *Infra-estruturais, tais como disponibilidade, qualidade e custo de energia, transportes, telecomunicações e serviços tecnológicos;*
> 5. *Sociais, como a situação da qualificação da mão-de-obra (educação profissionalizante e treinamento), políticas de educação e formação de recursos humanos, trabalhista e de seguridade social, grau de exigência dos consumidores;*
> 6. *Referentes à dimensão regional, como os aspectos relativos à distribuição espacial da produção; e*
> 7. *Internacionais, como as tendências do comércio mundial, os fluxos internacionais de capital, de investimento de risco e de tecnologia, relações com organismos multilaterais, acordos internacionais e políticas de comércio exterior."* (COUTINHO & FERRAZ, 1995, pp. 20/21).

Usam-se as estratégias e capacitações da empresa nas seguintes formas: produtiva (como capital-fixo, mão-de-obra, estoque, etc.), tecnológica (tanto de produto como de processo e gastos com P & D, etc.) e gerencial (como tipo de administração e incorporação de novas técnicas gerenciais e administrativas, etc.).

No que diz respeito aos fatores sistêmicos, há uma grande controvérsia entre o fato da política governamental ter ou não influência na competitividade da empresa, uma vez que a análise dos diversos setores conjuntamente pode vir a trazer políticas governamentais inadequadas para alguns ramos industriais.

2.2.4- Avaliação da competitividade

A competitividade é, freqüentemente, segundo HAGUENAUER (1989), medida através de indicadores de eficiência e desempenho. A avaliação dos diferenciais de preços entre os países é uma análise de eficiência, ou seja, aquelas indústrias que tivessem seus preços situados abaixo dos vigentes no comércio internacional seriam mais competitivas. Contudo, isto não pode ser considerado de todo verdade, uma vez

que o verdadeiro indício de competitividade é aquele onde os preços das exportações são crescentes devido ao desenvolvimento tecnológico e eficiência crescente, em contraposição às exportações a preços decrescentes devido aos incentivos ou aos baixos salários.

Também tem-se a comparação entre os preços e os custos unitários de um país e seus competidores, onde nos custos unitários leva-se em conta a remuneração e a produtividade de cada fator de produção. A produtividade, segundo HAGUENAUER (1989), está diretamente correlacionada com o aumento de competitividade de determinada indústria em um país, tendo-se, neste caso, a relação entre o valor adicionado e o pessoal ocupado como uma medida de competitividade mostrando, porém, alguns problemas:

> *"por não levar em consideração: a) variações na composição da produção ; b) o número de horas trabalhadas; c) problemas relativos a preços embutidos no valor adicionado, etc. Uma forma melhorada dessa relação é medir a produtividade através do valor adicionado e horas trabalhadas."* (ROSA, 1994, p. 20).

Os indicadores de desempenho podem se classificar em absolutos – ao comparar o desempenho de países concorrentes em um determinado produto - ou relativo – quando compara o desempenho de um setor com outros de um mesmo país.

A tecnologia e o uso de alguns indicadores de capacitação – "*como participação dos gastos em P & D no produto, patentes por cientista engajado em atividade de P & D, etc.* (GRASSI, 1997, p. 16) – tanto em termos da empresa, do setor e do país como um todo, já constitui um desenvolvimento mais recente da teoria da competitividade.

> *"Além destes indicadores, que podem ser qualitativos ou quantitativos, devem ser analisados também a estratégia empresarial e os fatores setoriais e sistêmicos no âmbito de um estudo da*

competitividade relativo a um setor industrial, que necessitam de estudos detalhados além da utilização de indicadores.[3]
Neste sentido, é importante que sejam aplicados questionários e/ou entrevistas abertas junto às empresas, que ajudam a captar melhor os aspectos referentes à estratégia empresarial, e, no caso de carência de indicadores como os mencionados em outras fontes, podem suprir pelo menos em parte esta deficiência."(GRASSI, 1997, p. 16).

Quanto aos indicadores sistêmicos e setoriais, a análise é ainda mais complicada, uma vez que estes necessitam de estudos bem detalhados que possam mostrar a forma como estes indicadores influenciam as empresas na busca de competitividade.

A análise histórica da empresa e do setor a ser avaliado é um importante início, uma vez que permite a avaliação de como estes têm se comportado em relação às chamadas *best-practices* do setor, o que identifica a sua situação competitiva atual. Depois se parte para a avaliação da competitividade das firmas de um país em relação às de outros países, o que é feito pela medição dos indicadores de capacitação, análises de estratégia empresarial e dos fatores setoriais e sistêmicos, atribuindo-se pesos diferenciados a cada item de acordo com a sua maior ou menor importância para o setor.

> *"Por fim, baseando-se na situação competitiva da indústria descrita, no padrão de concorrência vigente e na própria posição dos competidores no mercado internacional, são analisadas as perspectivas do setor para os próximos anos, se possível com a montagem de cenários. E, dependendo da natureza do trabalho, são propostas medidas para eliminar os gaps em relação às best-practices mundiais e/ou para manter as vantagens competitivas já conquistadas."*(GRASSI, 1997, p. 19).

Portanto, como pode ser visto na citação acima, a análise histórica das estratégias adotadas pela empresa e suas concorrentes é importante na medida em

---

[3] *Estamos nos referindo aqui à análise de setores industriais. Num estudo relativo à nação, parte-se do princípio de que quanto mais setores competitivos possui, mais competitiva ela é. Porém, neste caso, além das análises das indústrias, avaliações dos indicadores de capacitação, eficiência e desempenho em nível nacional também são necessárias, assim como análises sistêmicas mais abrangentes (IE/IEI, 1991).* (GRASSI, 1997, p. 16).

que mostra quais foram bem sucedidas e quais não foram para que se possam adotar aquelas que tiveram sucesso na busca da competitividade das empresas.

Além dessas, ou paralelamente a essas, é importante destacar o papel da estrutura de mercado, uma vez que ela determinará a estratégia da empresa. Para determinar a estrutura de mercado na qual está inserida a empresa, é necessário se observar as seguintes características: número de vendedores e compradores, possibilidade ou não de diferenciação do produto, concorrência via preço, barreiras à entrada, estruturas de custos, integração vertical e possibilidade ou não de conglomerações.

O enfoque de estrutura de mercado, conduta de empresas líderes e estratégias adotadas por elas, é importante como fator determinante da adoção de táticas e estratégias empresariais pelas empresas que objetivam sobreviver e se tornar competitivas. As formas de concorrência passíveis de serem adotadas, de acordo com a estrutura, são via preço, qualidade, capacidade de servir o mercado, esforço de vendas – como propagandas, por exemplo – e diferenciação de produtos. Dentro das estratégias competitivas a serem adotadas pelas empresas, sejam elas ofensivas ou defensivas, tem-se as seguintes: poder de negociação com os fornecedores e com os compradores em relação à firma, disputa do mercado pelos entrantes potenciais ou efetivos, ameaça de produtos ou serviços substitutos concorrentes em seu ambiente de atuação etc. A estratégia competitiva a ser adotada dependerá da capacidade que a firma tem de se posicionar frente a essas forças, explorando seus pontos fortes e defendendo os fracos.

A disputa de segmentos de mercado é influenciada, também, pela rivalidade entre os concorrentes, sendo esta rivalidade, em parte determinada, pelo crescimento da indústria, pelo número de empresas concorrentes no mercado, pelo processo de criação de novos produtos, pela diferenciação dos clientes e, principalmente, pelos custos envolvidos no redirecionamento das suas atividades dentro de um novo mercado e abandono do mercado anterior.

De acordo com definição dada por PORTER (1991), são três as estratégias competitivas básicas: a primeira, a liderança de custo, onde ela objetiva tornar-se um produtor de menor custo em sua indústria sem perder a qualidade e as suas bases de diferenciação. A segunda estratégia é a diferenciação de produtos, objetivando atingir

parcelas maiores do mercado. A terceira é a combinação das duas anteriores, que é a chamada estratégia do enfoque.

Segundo KUPFER (1991), é a demanda do mercado, que ao determinar quais os produtos e de quais empresas serão adquiridos, definirá a posição competitiva da empresa. Portanto, de acordo com esta análise, somente a posteriori se saberá se a firma é ou não competitiva. Portanto, a competitividade seria o resultado de um grande número de fatores, sendo a eficiência produtiva apenas um deles. A obtenção de uma parcela significativa do mercado pode ser alcançada através de:

> "*... mecanismos como reserva de mercado, como já existia no passado e desapareceu com a abertura comercial, acordos entre empresas, rede de distribuições, ligações diretas com a estrutura de produção, criação de marcas, produtos diferenciados, capacidade de redução de custos e preços.*" (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 235).

Um segundo conceito de competitividade diz respeito à eficiência econômica, que é a capacidade da empresa de produzir com maior eficiência que seus concorrentes, expressas por uma melhor relação preço/quantidade, tecnologia, salários e produtividade.

> *"Enquanto no primeiro conceito de competitividade a demanda define quem é competitivo, no segundo a capacidade tecnológica, gerencial, financeira e comercial, ao escolher entre as opções possíveis as estratégias e as táticas de mercado, está determinando simultaneamente a competitividade. Na verdade, o enfoque adotado na análise das experiências bem sucedidas da empresa é uma combinação de ambos os conceitos de competitividade, seja do lado da demanda e das estratégias e táticas adotadas no mercado pela empresa para atender às exigências do consumidor, seja por meio de sua maior eficiência econômica a partir de decisões da empresa sobre tecnologia, investimentos e produtividade. A competitividade depende dessas duas vertentes, ou desses dois conceitos."* (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 235).

2.3. Caracterização da indústria têxtil

A indústria têxtil se divide em vários segmentos: beneficiamento de fibras, fiação e tecelagem e confecção/vestuário.

Quanto ao processo produtivo, ele é descontínuo, uma vez que a matéria-prima passa por três etapas e que são independentes entre si, sendo que cada uma delas elabora um produto final: fiação, tecelagem e acabamento, cada uma se subdividindo em outras também independentes: a fiação subdivide-se em preparação à fiação - abridores/batedores, cardas, passadores, maçaroqueira – e a fiação propriamente dita; a tecelagem subdividindo-se em preparação à tecelagem – bobinadeiras, espuladeiras, urdimento, engomação e remeteção – e tecelagem propriamente dita e a terceira e última etapa que é o acabamento.

> *"A natureza do processo produtivo dessa etapa (fiação e tecelagem) permite a coexistência de plantas com vários tamanhos, e a conseqüente diferenciação nas margens de lucros entre as empresas, além da possibilidade de entrada de competidores potenciais, notadamente nos períodos de crescimento da indústria.*
> *Observa-se, no Brasil, que os pequenos estabelecimentos representaram, ao longo das décadas de 70 e 80, mais de 80% do total, o que se traduz em significativa pulverização da atividade. A concentração no setor, por seu lado, é revelada pelo índice de mais de 80% sobre a receita total, em 1981, estar concentrado em apenas 10% das empresas, enquanto os micros e pequenos estabelecimentos totalizaram 9% da receita naquele ano (IPT: 1988a, pp. 9 e 10)."* (ROSA, 1994, p. 22).

Com relação ao padrão de concorrência no segmento fiação e tecelagem, pelo fato da competitividade se dar via preço, não existirem economias de escala significativas e não se adotar a estratégia de capacidade ociosa planejada, pode-se dizer que é um oligopólio competitivo. Contudo, o segmento de tecelagem apresenta um grau de concentração maior do que o do segmento de fiação, uma vez que na fiação as grandes empresas são mais presentes, além de disporem de maior controle na qualidade do produto e um maior nível de investimentos, o que induz a uma maior economia técnica de escala. Além disso, elas têm uma heterogeneidade tecnológica menor. Já na

tecelagem, grandes empresas convivem com empresas marginais com elevadas estruturas de custos, só sobrevivendo devido aos mercados regionais e locais.

Portanto, podemos citar as seguintes estratégias adotadas pelas firmas objetivando alcançar uma maior fatia do mercado:

> *"1) constituição e consolidação dos canais de exportação;*
> *2) integração vertical;*
> *3) vantagens comparativas, através da regionalização das etapas produtivas; e*
> *4) montagem e modernização das estruturas de comercialização."* (ROSA, 1994, p. 23).

Com respeito à tecnologia adotada no segmento de fiação e tecelagem, pode-se apresentar algumas de suas características fundamentais:

> *"A produção é descontínua entre as várias etapas do processo, o que permite reduzir os custos totais a partir 'de um conjunto de alternativas tecnológicas relativamente independentes entre si' (Araújo: 1976, p.28). Desse modo, a decisão empresarial de adotar inovações tecnológicas que visem reduzir custos operacionais deve levar em consideração alguns elementos:*
> - *a idade tecnológica dos equipamentos utilizados;*
> - *as alternativas tecnológicas disponíveis para cada etapa;*
> - *as necessidades de encadeamento que podem existir entre algumas possibilidades de investimento."* (ROSA, 1994, p. 24).

No Brasil, ocorre um fato curioso: a aquisição de equipamentos tecnologicamente modernos vem sendo feita sem a substituição dos equipamentos defasados, o que faz com que máquinas com idade bem superior a 10 anos convivam com outras de última geração.

Por ser o segmento de fiação e tecelagem considerado tradicionalmente intensivo em mão-de-obra, depois das transformações mais recentes, principalmente com a utilização da microeletrônica, o processo de trabalho vem passando por grandes modificações levando a uma redução na quantidade da mão-de-obra utilizada, assim como também a um maior grau de especialização desta.

Com relação à demanda do segmento fiação e tecelagem, pode-se dizer que os bens produzidos neste segmento são de consumo não duráveis, tendo sua expansão vinculada ao crescimento da economia, do emprego, da renda e sua distribuição, à elasticidade-renda do consumidor e ao aumento das exportações.

No Brasil, o crescimento da indústria têxtil como um todo, tem seguido os movimentos expansionistas da economia brasileira, durante os quais houve uma grande geração de investimentos para o setor.

Com respeito à oferta:

> *"'são praticamente inexistentes os mecanismos capazes de criar demanda sustentada para seus produtos' (Prochnik: 1988, p. 29). A possibilidade de diferenciação de produtos apresenta-se muito mais como estratégia de competição inter-firmas do que capaz de expandir o consumo total. A capacidade ociosa é indesejada na fiação/tecelagem, isto significa que não há antecipação de investimento e que a oferta responde com relativa facilidade face ao crescimento da demanda."* (ROSA, 1994, p. 27).

3. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE PERNAMBUCO

3.1-Introdução

O objetivo deste capítulo é dar uma visão global e histórica da indústria têxtil de Pernambuco, desde os fatores que induziram o seu aparecimento até àqueles que foram responsáveis pela crise que passou, principalmente, nas décadas de 80 e 90 até a influência da abertura comercial e das importações de tecidos a preços extremamente baixos a partir do ano de 1994. A bem da verdade, como será visto no decorrer do capítulo, vários foram os erros cometidos desde o início do funcionamento dessa indústria em Pernambuco, passando pela qualidade do produto fabricado, pela política cambial implantada no final da década de 40 e início de 50, isso sem citar o fato da SUDENE, em 1969, ter tirado a Região Metropolitana do Recife da faixa prioritária dos incentivos fiscais, o que fez com que houvesse uma queda dos investimentos na indústria têxtil de Pernambuco.

Um dos fatores que mais contribuíram para dar uma maior dinamização à indústria têxtil de Pernambuco e que foi decisivo para o seu crescimento foi, sem dúvida, a revolução industrial, que fez com que a Inglaterra passasse a demandar uma maior quantidade de algodão, associada à guerra da independência dos Estados Unidos e posteriormente à guerra da secessão. Essas guerras ocorridas nos EUA foram muito importantes pelo fato de que, por ser esse um dos grandes fornecedores de algodão para a Inglaterra e por estarem impossibilitados de o fazerem, o Nordeste do Brasil, em particular Pernambuco, passou fornecer o algodão para a Inglaterra, chegando até mesmo ao ponto da demanda de algodão no estado ultrapassar a demanda de açúcar, que sempre foi sua cultura tradicional e a mais forte. Isso poderia ter levado Pernambuco a uma posição privilegiada em relação aos demais estados da federação em termos de indústria têxtil, o que não aconteceu devido a alguns fatores que serão vistos com mais detalhes no

decorrer do capítulo, podendo-se citar o fato de que, apesar de Pernambuco produzir um algodão de ótima qualidade, ele exportava esse algodão para os estados do sul do país e a sua indústria têxtil trabalhava com algodão de qualidade inferior produzindo, por conseqüência, tecidos também de qualidade inferior que serviam apenas para vestir os escravos e a população pobre, além de sacos para o açúcar, enquanto que a aristocracia rural importava tecidos da China e de outros lugares sem estarem preocupados em investir em tecnologia para a indústria têxtil de Pernambuco. Isto a tornou defasada tecnologicamente em relação ao Centro-sul, isso sem contar o fato de que o centro-sul por ser uma região do café fazia com que todos os interesses estivessem voltados para ela, desta forma agindo de modo prejudicial à região Nordeste, uma vez que a sua demanda era muito maior e de melhor qualidade e, por conseqüência, a sua elasticidade-renda era muito mais alta.

Neste capítulo, serão analisados estes tópicos, com o objetivo de fazer com que se tenha uma idéia a respeito dos fatores que levaram a indústria têxtil de Pernambuco ao estágio em que se encontra hoje.

3.2. Histórico

No início do século XIX, Pernambuco era um grande produtor de algodão, sendo produzido tanto por pequenos como por grandes proprietários, o que essa cultura diferenciava da cultura da cana-de-açúcar, chegando-se até mesmo ao ponto dos grandes proprietários passarem a ceder mais terras aos moradores de suas propriedades para o cultivo do algodão, uma vez que a rama do algodão e a palha do milho se constituíam em excelente ração para o gado, o que fez com que houvesse um favorecimento ao surgimento das primeiras empresas têxteis em Pernambuco.

Vários foram os fatos que propiciaram o surgimento da indústria têxtil em Pernambuco. Entre estes, pode-se citar a extinção do tráfico de escravos em 1854, o que elevou o preço dos mesmos tornando mais barata a mão-de-obra assalariada para a cultura do algodão, o que levou a um aumento no consumo de tecidos ordinários, que absorvia a produção local. Também pode ser citada a taxação de 30% sobre a maior

parte dos produtos importados através da lei Alves Branco. Outro fator importante foi a descoberta da máquina a vapor, que foi utilizada pela indústria têxtil, além da substituição das caixas de madeira pelos sacos de algodão, aniagem, juta e outros para embalagem da agroindústria açucareira.

Também deve-se levar em conta a criação de uma infra-estrutura em função da atividade açucareira, sendo as sacas de açúcar transportadas das usinas para os armazéns do porto através de uma rede ferroviária, que era dirigida por uma empresa inglesa, a Great Western. O algodão era transportado por essa mesma rede ferroviária, que era a mais barata e rápida da época, o que foi fator determinante na localização da maior parte das fábricas têxteis em Pernambuco, levando, em alguns casos, ao nascimento de cidades, municípios e bairros em função da indústria têxtil, como é o caso das cidades de Paulista, Goiana, Escada e os bairros de Camaragibe, Várzea e Apipucos.

O algodão nordestino passou a beneficiar-se de uma grande demanda logo após a revolução industrial, quando a indústria têxtil passou a ter grande importância para a Inglaterra. Porém, foi com a guerra da independência dos Estados Unidos (1776) e com a guerra da secessão (1861/65) que essa demanda cresceu de forma acentuada. Os Estados Unidos ficaram impossibilitados de exportar algodão e o Nordeste do Brasil, Pernambuco em particular, passou a ser uma das regiões fornecedoras de algodão para a indústria têxtil inglesa, chegando até mesmo ao ponto de Pernambuco exportar mais algodão que açúcar (que era por tradição, a sua maior cultura). É justamente a partir daí que começa a nascer a indústria têxtil em Pernambuco. Contudo, apesar de Pernambuco produzir um algodão de ótima qualidade, a indústria se especializou na produção de tecidos grosseiros para consumo popular, além de sacos para embalagem do açúcar. Isso acontecia devido, não tanto ao baixo poder aquisitivo da população, mas sim por causa da baixa qualidade das fibras de algodão deixadas aqui pelas "três irmãs" Sanbra, Clayton e Machine Cotton, que representavam os grandes blocos industriais internacionais responsáveis, por intermédio de comerciantes, pelo financiamento da produção de algodão dos pequenos produtores. Vale a pena ressaltar o fato de que:

> *"O setor têxtil 'substituía'- para usar a expressão moderna – as importações de tecidos e panos para as próprias populações escravas,*

> *além de abastecer o débil mercado urbano formado pelas classes não-proprietárias; a burguesia continuava a importar sedas da China – da China mesmo, ou tecidas na Inglaterra? – o linho irlandês – que fundou uma tradição de uso desse tecido no Nordeste – e as casimiras – no clima quente do Nordeste – inglesas".* (OLIVEIRA, 1977, pp. 61/62).

No que diz respeito à mão-de-obra utilizada na indústria têxtil, esta era recrutada entre a população pobre até mesmo em orfanatos, juizados de menores e casas de caridade e utilizada ao lado dos escravos.

Também deve ser aqui ressaltada a tendência de concentração da indústria no Sudeste do país. Alguns fatos contribuíram para isto e, entre esses, pode ser citada a emigração em massa ocorrida a partir de 1880 e devido à abolição da escravatura, de trabalhadores italianos, espanhóis, enfim, europeus de todas as nacionalidades, além dos japoneses.

Pode-se fazer o seguinte resumo das principais fábricas têxteis surgidas em Pernambuco:

A primeira fábrica têxtil de Pernambuco foi a Companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco (Fábrica da Madalena), instalada no ano de 1874. Em 1877 surge a Fiação e Tecelagem Pernambuco, a Fábrica da Torre, que foi ampliada em 1892, onde surgiu a Nova Fábrica que incorporou a Fábrica da Madalena.

> *"A Companhia possuía, ao todo, 417 teares em 1905 (ano em que conquistou a medalha de ouro na exposição de São Luiz e, três anos depois, na exposição nacional) chegando, em 1913, a 817. Empregava 1.200 operários, na maior parte mulheres.*
> *No final dos anos vinte, mais precisamente em 1929, a fábrica havia reduzido em 14% seus teares e só empregava 950 operários.*
> *A partir de 1932, a Companhia apresentou sinais de recuperação. O número de operários chegou a superar os níveis de 1913, empregando 1.232 nesse ano e 1.368 em 1934, tendo uma pequena queda entre esses dois anos (1.210 em 1932). Além de tudo, o ritmo de atividade no período de recuperação da crise deve ter sido intensificado. De um consumo de matéria-prima de 266 toneladas em 1929, passou-se a 843, 965, 1.210 em 1932, 1933 e 1934, respectivamente. Nesses dois*

> *últimos anos o número de teares elevou-se a 908 e 950."* (SILVA, 1999, p. 116).

Em 1891 surge a Companhia Fábrica de Estopa, dedicando-se à produção de sacos destinados ao transporte de mercadorias como o açúcar, o algodão, o milho e o café.

> *"Diferiam entre si pelos respectivos materiais utilizados como matéria-prima, conforme a especificidade exigida por cada produto a ser transportado. As fibras de coco, juta, cânhamo, aniagem eram, pois, os principais insumos operados. Suas seções distribuíam-se entre fiação, armazenagem, uma pequena tinturaria, costura e tecelagem. Nesta última empregavam-se exclusivamente mulheres."* (SILVA, 1999, p. 116/117).

Em 1892 é inaugurada a Fábrica de Camaragibe, denominada Companhia Industrial de Pernambuco, ocupando uma área de 10.000 metros quadrados com seções de fiação, tecelagem, branqueamento e tinturaria.

> *"Equipavam a Fábrica de Camaragibe 404 teares em 1905. Esse número cresceu à 428 em 1913, e 454 em 1918. Esse crescimento fora barrado com o advento da crise de 1929, postergando-se durante a década de trinta. Em 1929/1930 a Companhia possuía 584 teares, tendo um irrelevante aumento de uma unidade entre 1932/1934. Por essa época, além das dificuldades de importação causadas pela depressão, estavam proibidas as importações de determinados tipos de máquinas e equipamentos, entre eles os têxteis.*
> *...O quadro de operários, que somava 700 em 1905, caiu a 660 em 1913, dos quais 384 eram homens, 221 mulheres e 91 menores de 14 anos. A crise de 1929 certamente afetou o nível de emprego daquela Companhia. Empregava, em 1929/1930, 1.075 operários. O quadro fora reduzido, em 1932, a 13,5%, dado o número de empregados que somava nesse ano, num total de 930 (ano mais crítico para a indústria nacional sob efeito da crise). A recuperação da indústria, a partir de 1933, certamente ocupando o potencial ocioso, faz-se notar também na Companhia Industrial Pernambucana, com elevação do nível de emprego, que chegou a 1.000 nesse ano, superando o nível de 1929 em 1934, empregando 3.220 operários."* (SILVA, 1999, p. 118).

Em 1893 o Grupo Lundgren instala três fábricas: a Companhia Têxtil de Aniagem, a Tecelagem Paulista e a Companhia Industrial Goyana,. Sobre esta última:

> *"Possuía 108 teares em 1903, os quais elevaram-se a 152 em 1913 e a 160 em 1918. Todavia, os fusos, que eram em número de 3.384 no primeiro ano citado, permaneceram sem alteração até o último ano referido acima. Como de uso comum, as máquinas e os equipamentos provinham do estrangeiro, predominantemente da Inglaterra (Oldham, Mandhester).*
> *Produzia fazendas e sacos finos, largamente procurados pelo comércio local. Em 1918, sua produção média era de 2.430.000 metros de panos, consumindo anualmente 550.000 kg. De algodão. Esse consumo chegaria a 703.000 kg. Em 1929."* (SILVA, 1999, p. 123).

Em 1894/95 surge a Tecelagem Apipucos.

> *"Trabalhava, em 1905, com 120 teares e 3.384 fusos e empregava na sua operação 250 operários. Sua maquinaria era, na maior parte, de origem inglesa (cardas, máquinas de estiragem, máquina de pesar e medir fios, fiadeiras, meadeiras, um mecanismo de fazer barbantes, enchedeiras de carretéis ,teares, urdideiras, prensas, engomadeiras, além das duas máquinas geradoras de força – uma inglesa e outra alemã). Na seção de tinturaria, havia, além dos tanques, uma grande máquina 'hidro' de fabricantes ingleses."* (SILVA, 1999, p. 124).

Em 1910 é inaugurado o Cotonifício Moreno e a Societé Cottonnière Belge-Bresilienne:

> *"Foi fundada em 1910, no Município de Moreno, perto da estação ferroviária servida pela Great Western, a 28 km de Recife, trecho da linha Recife-Pesqueira.*
> *A fábrica especializou-se na produção de tecidos morins, utilizando-se do algodão pernambucano como matéria-prima (um dos melhores do mundo). Comercializava-a diretamente nos mercados da capital e recebia encomendas do sul do país. Em 1913, já encomendara 360 teares novos, pois os 306 instalados não eram suficientes para atender à demanda.*
> *Quando instalada a fábrica, a dimensão de sua planta já admitia o posterior acréscimo da capacidade produtiva nos anos subseqüentes. Tanto que, enquanto trabalhava, em 1913, com os 306 teares citados*

acima, contava ainda com uma dimensão suficiente para instalar mais 500.
Em 1918 a fábrica já possuía 787 teares para panos lisos e 10 para toalhas felpudas. Num breve espaço de 5 anos, expandiu sua capacidade produtiva em mais de 160%, em termos de teares." (SILVA, 1999, p. 125).

Em 1912 é criada a Fiação e Tecelagem Timbaúba e a Fábrica de Fios de Algodão:

"Foi fundada em 1912, pela família Queiroz Andrade, para trabalhar apenas com fiação. Em 1918 tinha 816 fusos, produzindo diariamente entre 750 a 820 kg. De fios brancos e de cor. Nas instalações da empresa trabalhavam 80 operários em 1918, entre homens, mulheres e crianças. Esse número aumentaria, em 1929, a 100. Neste último ano, registram-se 818 fusos e 20 teares, tendo provavelmente a fábrica se introduzido também no oficio da tecelagem.
Já em 1932/1933, contava a fábrica com 120 a 160 teares, respectivamente, enquanto o número de fusos permanecia inalterado. Entretanto, entre 1933 e 1934, a tendência reverteu-se notoriamente. Apresentou na estatística de 1934 uma queda de 80% em relação ao ano imediatamente anterior no número de teares, e o número de fusos elevou-se em 37,5%. Concomitantemente, a tendência declinante do consumo de matéria-prima verificada no qüinqüênio 1929/1933 também se reverteu. Entre 1933 e 1934, cresceu à taxa de 248,5%, o que revela que o redirecionamento das atividades entre esses anos foi o principal motor da recuperação desta empresa." (SILVA 1999, pp. 126/127).

Em 1913 é inaugurada a Companhia Fiação Cânhamo e Juta.

Antes da Primeira Guerra Mundial tem-se uma expansão no parque têxtil de Pernambuco devido à substituição dos tecidos estrangeiros pelos nacionais, quando este passou a ocupar o terceiro lugar, juntamente com a Bahia, em número de teares, só perdendo para o Rio de Janeiro, que era capital do Brasil, e São Paulo. Durante a Primeira Guerra tem-se o surgimento de duas novas empresas têxteis: a Societé Cotonnière Belge-Brésiliénne e a Companhia Fábrica de Tecidos de Cânhamo e Juta, o que aconteceu juntamente com a incorporação de máquinas e equipamentos novos às fábricas existentes. Devido às altas margens de lucro que as indústrias têxteis tiveram no

período da Primeira Guerra, estas passaram a importar grande volume de bens de capital com o objetivo de reporem as máquinas e os equipamentos defasados, levando a um aumento da capacidade de produção do setor .

Em 1924 o Cotonifício José Rufino e a Fábrica da Tacaruna.

Deve ser ressaltada a grande importação de máquinas têxteis, nos anos de 1920/26, que ingressou no país, principalmente através dos portos do Rio e de Santos.

Em 1925 surge a Fábrica Yolanda; em 1926 a Companhia Industrial Pirapama (Indústria Pirapama):

> *"Fundada em Escada, importante centro açucareiro de Pernambuco, no ano de 1926, contou inicialmente com 100 teares e 1.800 fusos que produziam panos alvejados, brins, morins, algodões e toalhas. Seus produtos foram bem aceitos tanto no comércio como nos demais mercados brasileiros.*
> *O crescente número de encomendas foi respondido com um aumento da capacidade produtiva. Elevaram-se, pois, a 216 os teares e a 6.200 os fusos. É importante observar que em 1929/1930, a fábrica ainda possuía o mesmo número de teares e de fusos da época de sua instalação.*
> *Em 1932, a empresa havia aumentado em 20% os seus fusos, mantidos inalterados os teares. Ao fim de 1934, o número de teares mais que dobra (crescendo 116%), e os fusos, em relação a 1932, haviam crescido em 187%. Verifica-se, assim, o incrível estímulo ao investimento gerado a partir de 1929 e, muito particularmente, a partir de 1932."* (SILVA, 1999, p. 128).

Também no ano de 1926 é inaugurada a Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco (TSAP):

> *"Dava, em 1929, emprego a 600 operários nos seus 8.840 fusos e 338 teares, utilizando cerca de 750 toneladas de matéria-prima. Chegava a 1934 com 655 operários, não obstante uma redução de 39% no consumo de matéria-prima, ou seja, a relação matéria-prima/salários caiu bruscamente, entenda-se a produtividade do fator trabalho."* (SILVA, 1999, p. 129).

No ano de 1927 surge a Fábrica Bezerra de Mello:

> *"Foi fundada em 1927, com o fim de explorar a manufatura do algodão. Logo após, em 1931, instalou-se a Fábrica Santa Amélia que, junto com a Bezerra de Mello e a Fábrica de Apipucos (então já de posse do Sr. Othon Bezerra de Mello) formaria o Cotonificio Othon Bezerra de Mello. Dois anos mais tarde !933), o Cotonificio passou a ser uma sociedade anônima, com o controle acionário e a presidência nas mãos do fundador.*
> *...A Fábrica Bezerra de Mello, em 1929, possuía 532 teares e, em 1932, caía a 276, enquanto a recém-fundada Santa Amélia equipava-se com 270, o que leva a crer que as máquinas foram redistribuídas no momento da instalação da nova fábrica."* (SILVA, 1999, pp. 129/130).

Durante a década de 20 o setor continua em crescimento, quando, como já visto, tem-se o surgimento de novas fábricas, como a Tacaruna, o Cotonificio José Rufino e a Companhia Industrial Pirapama. Segundo o Censo Industrial de Pernambuco, em 1920 o setor têxtil possuía 95 estabelecimentos. Após 1925 há uma queda na importação de bens de capital para a indústria têxtil em relação ao total das importações de máquinas para os outros ramos industriais, tendo essas atividades se concentrado no centro-sul. Com a crise de 1929, o setor têxtil sofre uma queda muito grande na importação de máquinas e equipamentos.

Em 1929 é fundada a Tecelagem de Juta Santa Maria.

Em 1930 surgem a Tecelagem de Juta São José e a Tecelagem de Juta (Boxwell & Cia.); em 1931 a Fábrica Santa Amélia e em 1933 o Cotonificio Othon Bezerra de Mello.

Na década de 1930, o setor têxtil passou a exportar mais, devido ao aumento da capacidade instalada ocorrido na década anterior, quando o governo resolveu liberar a importação de máquinas têxteis, que havia sido proibida com a alegação de excesso de capacidade do setor.

Há um crescimento em ritmo decrescente do setor durante o período que vai de 1930 a 1939, crescimento este que se deu por causa do aumento da demanda por vestuários e por sacarias para o açúcar e o café, além da existência de uma legislação protecionista mais eficaz para o setor têxtil e de um grande volume de matéria-prima e mão-de-obra barata. É nesse período que Pernambuco passa a exportar tecidos para

outros mercados como Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Guatemala, Panamá, Equador, República Dominicana, Cuba, Chipre e Dinamarca.

Em 1940, de acordo com o Censo Industrial, Pernambuco possuía 84 fábricas têxteis.

A indústria têxtil nacional vai sofrer uma das suas piores crises no período entre as duas grandes guerras. Era um período de reconstrução no mundo todo e aí não cabiam importações. Há uma crise de superprodução. Diante desse quadro, a Comissão de Defesa da Economia Nacional se reuniu com o Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem para analisar com mais detalhes a situação, chegando à conclusão de que uma das principais causas da crise era o encarecimento dos custos de produção, devido ao atraso das máquinas e ao aumento dos salários.

Apesar disso tudo, a indústria continuava a sofrer com crise de superprodução, havendo, cada vez mais, acúmulo de estoques.

A situação se reverte completamente quando ocorre a Segunda Guerra Mundial. Passa a haver uma grande procura por tecidos, tanto pelo mercado interno quanto pelos países sul-americanos. Esse aumento de demanda teve que ser suprido através do uso dos equipamentos já existentes, uma vez que as importações estavam dificultadas por causa da guerra.

Logo após a segunda grande guerra, com a volta à normalidade do comércio mundial, a indústria têxtil brasileira sofre uma queda na sua demanda, uma vez que os seus produtos serão gradativamente substituídos.

No ano de 1946, Pernambuco contava com 17 fábricas têxteis, todas elas tecnologicamente atrasadas, o que vai servir de suporte para a crise que vai se instalar na indústria têxtil de Pernambuco a partir da década de 50. Sydia Maranhão fala o seguinte a esse respeito:

> *"As fábricas pernambucanas, convivendo no espaço regional, formavam verdadeiros enclaves, cuja produção não havia perseguido os caminhos necessários à concorrência inter-capitalista, seja por parte da inexistência de forças que viessem pressionar mudanças, seja pela ausência de convivência com unidades produtivas tecnologicamente mais avançadas, seja por desinteresse dos capitalistas, que se sentiam plenamente satisfeitos naquelas condições."* (MARANHÃO, 1984, p. 101).

A grave crise que se instala na indústria têxtil de Pernambuco na década de 50 tem origem em vários aspectos falhos desse ramo industrial em Pernambuco. Entre esses aspectos pode ser citada a falta de condições de competitividade com o parque têxtil nacional e a baixa tecnologia que refletiam em uma queda brusca na sua demanda, além do fato de que os trabalhadores, devido aos baixos salários que recebiam, reivindicavam salários maiores. Leonardo Guimarães fala o seguinte a respeito das características da indústria têxtil nordestina no final da década de 50:

> *"A produção regional estava concentrada em tecidos grossos de mercados mais dispersos e de menor elasticidade-renda, o que significa não só custos maiores de comercialização mas, igualmente, a vinculação a uma fatia menos dinâmica do mercado de tecidos. Por outro lado, essa rigidez de oferta implicava a perda gradativa de faixas do próprio mercado regional de tecidos. Reconhecia-se que tal rigidez da oferta estava, sem dúvida, estreitamente vinculada ao obsoletismo do equipamento, que constituía, no fundo, a questão central do diagnóstico realizado. Segundo o estudo, a maioria do equipamento existente estava em uso há mais de 30 anos. Isto por si representaria não somente altos custos de manutenção e operação das máquinas, como dificuldades crescentes, face inclusive ao processo de articulação inter-regional, para competir com indústrias mais modernas e de mais alta produtividade.*
> *...Constatou-se não somente a neutralidade de uma das vantagens auferidas pelos empresários nordestinos têxteis, menor custo da força de trabalho em razão do crescimento relativo maior do custo da alimentação e do salário de base na região; mas igualmente um 'excesso' de mão-de-obra empregada, motivado, principalmente, pelo obsoletismo do equipamento.*
> *...As empresas encontravam-se em dificuldades crescentes de recursos, não só para fazer frente a um esforço de reequipamento e modernização, como em relação à própria disponibilidade de capital de giro, inclusive devido ao fato de haver sido desviada para outras aplicações, parte das disponibilidades obtidas em períodos menos críticos."* (GUIMARÃES NETO, 1989, pp. 194/195).

No que diz respeito aos salários, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) concedeu um aumento de 25%, que entrou em vigor a partir do final do ano de 1957. As empresas já estavam em crise, arcando com elevados custos de produção, e a concessão desse aumento salarial iria agravar mais ainda a situação. Além disso, deve-se levar em

conta o fato de que havia também o problema da estabilidade no emprego por parte dos trabalhadores, ou seja, a possibilidade de redução nos custos de produção através da diminuição do número de trabalhadores empregados era uma hipótese inviável por conta, justamente, dessa estabilidade.

Nessa época estava havendo uma grande mobilização sindical por parte dos trabalhadores e esses exigiam que as empresas pagassem o aumento de 25% concedido pelo TRT sob a ameaça de que, caso contrário, entrariam em greve. Os industriais vão à justiça e entram com um recurso declarando-se incapazes de arcar com o aumento de 25%. O impasse estava formado.

Os operários lutavam com a arma que tinham: maior conscientização política e com esta conseguiam arrastar cerca de 15 mil trabalhadores têxteis para uma passeata reinvindicatória.

Como resposta, o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem e da Malharia em Geral, decidia que caso a greve fosse decretada os trabalhadores perderiam o direito à estabilidade e haveriam demissões em massa.

Dia 20 de janeiro de 1958: a greve foi deflagrada.

> *"...12 fábricas estavam em greve, sendo 10 localizadas em Recife e 2, respectivamente, em Camaragibe e em Escada. Ao todo 9.000 trabalhadores cruzavam os braços."* (MARANHÃO, 1984, p. 121).

As demissões começaram a acontecer logo que a greve foi deflagrada. Muitos velhos operários foram demitidos e outros vindos do interior são contratados, operários esses que estavam destreinados e, por conta disso, impossibilitados de produzir em ritmo normal, além de que os tecidos fabricados eram de péssima qualidade.

> *"O desgaste e quebra dos equipamentos e o número incalculável de produtos invendáveis, constituiu-se o saldo da resolução dos industriais."* (MARANHÃO, 1984, p. 124).

A greve durou 49 dias, tendo-se feito o acordo de que os industriais aceitariam os operários grevistas de volta, com a exceção daqueles comprovadamente

culpados e que as partes resolveriam posteriormente o problema referente ao corte dos salários dos dias de greve.

Outro fato a ser ressaltado, que contribuiu para a crise na indústria têxtil de Pernambuco, diz respeito à diminuição na safra de algodão devido, entre outros, à seca que atravessava o Nordeste, o que fez com que Pernambuco tivesse de passar a comprar algodão de São Paulo para utilização no seu parque têxtil, isso sem contar o contrabando de algodão de Pernambuco para a Paraíba, atraído por conta do imposto de vendas e consignações na Paraíba ser cobrado na base de 4,7% e em Pernambuco 5,7%.

No que diz respeito ao crédito, a sua falta vem aprofundar ainda mais a crise da indústria têxtil. Os pequenos empresários se vêem sem capital de giro; os plantadores são obrigados a vender matéria-prima apenas à vista e os industriais não conseguem financiamento nem mesmo no BNB e no BNDE.

No ano de 1959, época em que ainda havia o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), órgão que antecedeu a SUDENE, iniciou-se um estudo a respeito da indústria têxtil nordestina, a fim de traçar diretrizes de política econômica com o objetivo de torná-la mais desenvolvida e competitiva com relação à indústria têxtil do centro-sul.

A SUDENE, com a participação do BNB, pesquisou um total de 61 fábricas de fiação e tecelagem de algodão em funcionamento em 1959.

Pernambuco possuía, em 1959, o maior número de fábricas do Nordeste, tendo uma grande diferença em relação aos demais estados no que diz respeito ao número de operários e ao consumo de algodão. Enquanto que Pernambuco, com 14 fábricas, possuía um total de 11.792 operários empregados e consumia 20.695 toneladas de algodão. Sergipe, com 12 unidades fabris, empregava apenas 4.451 operários e consumia 7.498 toneladas de algodão.

No que diz respeito ao diagnóstico feito com relação aos fatores responsáveis pelo atraso da indústria têxtil nordestina, pode-se citar:

a) Problemas de mercado: principais problemas apontados pela pesquisa:

> *"A questão fundamental, no que respeita ao mercado, concentrava-se no desajuste verificado entre oferta e demanda regionais. Com efeito,*

> *a produção nordestina estava voltada, em 1959, para os tecidos grossos e médios, somando mais de 75% de toda a produção.*
> *Quase a metade, 45%, de sua produção era exportada para outras regiões, enquanto que se importava a parcela da demanda de tecidos finos do sul do país, correspondente a 100 milhões de metros anuais, a fim de atender às camadas detentoras de rendas mais altas."* (SUDENE/DI, 1971, p. 26).

b) Obsoletismo do equipamento: a maior parte do equipamento estava em uso há mais de 30 anos, o que fazia com que os custos de produção se tornassem mais altos, além de ser fator determinante na rigidez da oferta em função do fato de que a indústria têxtil nordestina estava impossibilitada de acompanhar a demanda por melhores tecidos.

c) Mão-de-obra: a grande vantagem da região, mão-de-obra abundante não especializada e baixos salários, foi derrubada por conta do fato de que houve um aumento nos preços dos alimentos maior do que nas outras regiões, o que fez com que os níveis de salários mínimos também aumentassem. Outro fato desfavorável era o grande número de operários têxteis trabalhando nas fábricas nordestinas devido ao obsoletismo do equipamento e sem contar com o grande número de pessoal não treinado, até mesmo mestres e contramestres.

d) Problemas administrativos: principais falhas apontadas pela pesquisa:

   i) falta de controle sobre os custos de produção;

   ii) incapacidade de resolução de problemas básicos, como controle de produção, controle de qualidade e manutenção preventiva;

   iii) baixa produtividade, devido à grande quantidade de bens produzidos em relação ao dimensionamento da fábrica.

e) Problemas de financiamento: as empresas encontravam-se com graves problemas de capital de giro, além de que estavam desviando grandes parcelas de poupança para outras aplicações.

Apesar de que o BNB começou a operar em 1954, o seu volume de recursos não era suficiente para atender às necessidades de financiamento da indústria têxtil nordestina, levando-se em conta, também, o fato de que o apoio financeiro e cambial

dado pelos grupos que operavam no centro-sul não eram acessíveis aos operários da indústria têxtil nordestina.

Feito o diagnóstico, um plano de ação foi traçado visando duas linhas básicas, assistência técnica e financeira às empresas, com os seguintes objetivos:

1) assistência técnica: melhoria dos padrões administrativos, melhoria da qualidade da mão-de-obra, aumento da produtividade e redução nos custos de produção.

   Esses objetivos seriam alcançados através da realização de cursos e seminários onde seriam difundidas as informações técnicas disponíveis.

2) assistência financeira às empresas: i) prioridade dada aos equipamentos produzidos no Brasil; ii) os projetos de reequipamento de seções de beneficiamento e estamparia só seriam utilizados mediante a comprovação de ser a sua utilização satisfatória; iii) sucateamento do equipamento substituído; iv) participação das empresas no custeio das novas inversões totais dos projetos seria de, no mínimo, 30%.

No caso da falta de recursos para cobrir todas as fábricas, os critérios adotados seriam os seguintes:

a) fábricas localizadas em estados de menor renda per capita;
b) maior número de trabalhadores ocupados;
c) menores exigências relativas de financiamento;
d) maior parcela de componentes nacionais.

A primeira fase do programa, que foi de 1960/65, no que diz respeito à assistência técnica, teve como pontos mais importantes os cursos para mestres e contramestres de fiação e tecelagem. No dia 28 de maio do ano de 1962, o governo japonês firmou acordo com o Brasil para a implantação de um centro de treinamento têxtil, e em 23 de setembro de 1963, a SUDENE e o SENAI firmaram um convênio para a construção desse centro, onde o Japão forneceria o equipamento e a assistência técnica (atual CERTEX).

No que diz respeito à assistência financeira, a prioridade era o reequipamento das fábricas e, para tanto, tanto a SUDENE quanto o BNB colocaram à disposição dos empresários recursos adquiridos no exterior, além de isenção de impostos e taxas sobre a importação de equipamentos do exterior.

A situação dos projetos até 1964 pode ser observada na Tabela 3.1.

Cabe aqui citar o fato de que o objetivo básico do Programa era reequipar as fábricas existentes para torná-las mais competitivas com relação às do centro-sul, estando fora do Programa o aumento da capacidade instalada, com exceção feita apenas aos casos de correção de desequilíbrios entre seções da fábrica. Portanto, estavam descartados do Programa projetos que visassem a instalação de novas fábricas ou a ampliação das já existentes.

TABELA 3.1

NORDESTE

Projetos de Reequipamento Examinados pela SUDENE até Novembro de 1964

Estados	No. De Fábricas no Programa	Projetos Apresentados				
		Total	Aprovados	Em Análise	Devolvidos para Reforma	Rejeitados
Ceará	8	5	5	-	-	-
Maranhão	5	2	2	-	-	-
RN	2	1	1	-	-	-
Paraíba	6	6	4	-	-	-
Bahia	6	5	3	-	2	-
Alagoas	8	3	2	-	1	-
Sergipe	12	7	2	2	3	-
Pernambuco	14	6	1	5	-	-
Nordeste	61	33	20	7	6	-

Fonte: SUDENE/DI, 1971, p. 31.

Contudo, o número de empresários interessados em ingressar no Programa de Reequipamento foi muito pequeno, principalmente na primeira fase do Programa e, dentre os fatores que contribuíram para isso, pode-se citar:

BIBLIOTECA CENTRAL / UFBA

a) risco de câmbio: como o reequipamento exigia a importação de máquinas, estas teriam de ser pagas em dólar e, tendo-se em vista as grandes elevações da taxa de câmbio, os empresários não se sentiram estimulados a ingressar no Programa;
b) taxa de juros elevada: principalmente aquela contratada em termos da moeda estrangeira, sem contar, também, a taxa de juros sobre a parcela em cruzeiros que, apesar de ser corroída pela inflação, não era muito atrativa para os empresários;
c) prazos de amortização: variavam entre 4 e 10 anos, incluindo-se a carência de 1 a 3 anos. Foi considerado muito curto por alguns empresários.

Dentre as empresas que tiveram seus projetos de implantação aprovados pela SUDENE entre 1963 e 1969, pode-se notar a diversificação da produção que passou a existir nesse ramo, tanto em termos de matéria-prima utilizada como em termos de produto final, uma vez que antes da SUDENE não havia a diversificação em termos de produção industrial, o que pode ser melhor visualizado através da Tabela 3.2. Esta tabela mostra os tipos de matérias-primas utilizadas e os tipos de produtos que essas matérias-primas podem produzir, além de mostrar o número de fábricas que utilizam determinada matéria-prima e com esta fabricam determinado tipo de produto. Pode ser notado que realmente aconteceu uma grande diversificação da produção.

No final da década de 60, a SUDENE retira o Grande Recife da faixa 'A' dos incentivos fiscais, priorizando a Paraíba e, principalmente, o Ceará, o que leva à queda do setor têxtil em Pernambuco e a um crescimento muito rápido deste setor nestes estados.

TABELA 3.2

NORDESTE

Fábricas em implantação segundo os tipos de matéria-prima, empregados e produtos a fabricar

Matéria-prima utilizada	No. de fábricas	Produtos
Mistura de algodão c/ sintético	3	Tecidos mistos
Algodão em pluma	1	Tecidos de algodão
Mistura de algodão c/ sintético	1	Fios mistos
Fios de algodão	1	Gaze cirúrgico
Algodão em pluma	4	Fios finos penteados
Fios de algodão	2	Toalha de felpa
Fios de algodão e artificial	1	Etiquetas tecidas
Fios de algodão e de juta	2	Tapetes felpados
Fios de algodão penteado e sintético	4	Tecidos de malha
Fios texturizados	2	Meias
Algodão em pluma	2	Algodão hidrófilo
Fibras de sisal	1	Cordas e fios de sisal
Fios de algodão penteado	1	Lenços
Fibras de sisal	10	Sacos de sisal
TOTAL	26	

Fonte: SUDENE/DI, 1971, p. 63.

Segundo Yugi Hatayama, ex-diretor do CERTTEX e do SENAI, as causas da decadência da indústria têxtil em Pernambuco foram as seguintes:

*"**1) Financiamento:** trata-se de uma indústria caríssima que requer muito capital. Programas de financiamento através de órgãos do governo (BNB – Banco do Nordeste do Brasil, BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, etc.) são indispensáveis.*

***2) Modernização:** existe a necessidade de modernizar a indústria têxtil, o que criará condições para enfrentar a concorrência, em nível*

internacional, com preços baratos e boa qualidade dos produtos. Isto é possível porque existe economia de escala na indústria ficando, assim, superada a discussão capital intensivo como causador de desemprego.

3) Matéria-prima: *o algodão sofre a praga do bicudo, mas este não é o problema principal. Os EUA convivem com o bicudo, que não chega a ser um fator de destruição da indústria têxtil, destruindo, somente, uma parcela da produção de algodão. Trata-se de convivência com uma técnica adequada que ponha limites ao seu poder destrutivo, considerando que é muito difícil, quase impossível, eliminar esta praga.*

4) Mão-de-obra: *seu custo pode chegar a 20% do custo total nas empresas mais antigas e a 10 ou 12% nas mais modernas. A mão-de-obra representa um problema pelo custo. Só a modernização diminuiria a participação do custo da mão-de-obra no custo total da empresa têxtil.*

5) Capital de giro: *a falta de capital de giro é conseqüência da ação do governo que tem aumentado os impostos e reduzido os prazos para pagamento, acrescentando, então, os juros, as multas e a correção monetária (para todos os impostos, inclusive o ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços).*

No caso particular do ICMS, o governo estadual criou a isenção para máquinas importadas que vinham para Pernambuco. As indústrias, de uma maneira geral, ficaram isentas, sendo, em seguida, este modelo adotado em nível de Nordeste.

Quanto ao governo federal, continua taxando as importações em 20%, percentual considerado elevado (para um imposto de importação). Ao mesmo tempo, reduz o imposto de importação sobre produtos manufaturados têxteis (tecidos, fios, etc.).

6) Tecnologia: *quanto à tecnologia da indústria têxtil devemos observar a seguinte evolução:*

- *até 1970 – evolução vagarosa, lenta.*
- *de 1970 a 1980 – algumas inovações (teares com maior velocidade, etc.).*
- *de 1980 em diante – não acompanhamos a evolução tecnológica ocorrida nos outros centros; temos que modernizar nossa tecnologia têxtil.*

A questão tecnológica está inserida na questão mais geral da modernização." (SILVA, 1999, pp. 162/164).

Com a chegada dos anos 80, a chamada década perdida caracterizada por altas taxas de inflação e juros, aliados ao desemprego e baixo desempenho da economia, o setor têxtil de Pernambuco foi obrigado a diminuir a sua produção, o que levou até à

falência de algumas empresas. Em 1980 o setor possuía, de acordo com o Censo Industrial, 203 fábricas no Estado, o que significava apenas 2,2% do número de estabelecimentos da indústria de transformação do Estado, e empregava 18.900 pessoas, o que significava uma redução na absorção da mão-de-obra em relação a 1960, quando o setor empregava 21.404 pessoas e possuía 173 fábricas, o que deveu-se, principalmente, à modernização tecnológica.

Vários são os problemas apontados na indústria têxtil em Pernambuco, podendo-se destacar:

a) matéria-prima: o algodão produzido em Pernambuco sempre teve a tradição de utilizar pequenas propriedades, fazendo com que ele não seja de boa qualidade não possuindo, portanto, as três qualidades básicas do bom algodão: fibra longa, resistência e diâmetro da fibra fino, uma vez que a cultura do algodão exige a utilização de grandes propriedades, aliado à praga do bicudo, o que leva à importação do mesmo do Paraná, da Europa e de alguns países da Ásia;
b) a escassez de capital de giro nas empresas do setor; e
c) a falta de incentivos do governo para a cultura do algodão.

Como solução para tais problemas, vejamos o que fala José André da Silva, consultor têxtil do SENAI-DR:

> *"A praga do bicudo, por exemplo, se administra com tecnologia. A EMBRAPA encontrou uma solução para este problema com o 'cultivar precoce', algodão CNPA7H que tem um período menor de maturação, escapando assim da ação do bicudo, que ovula na flor do algodão e, quando cai a flor e vem a maçã, ele já está alojado então destrói a fibra do algodão. Quando a maturação é precoce, o bicudo já encontra a maçã formada, não tem mais condições de colocar o ovo na flor. Isto é bom para a cultura do algodão e, também, para a indústria têxtil (matéria-prima).*
> *A falta de incentivos, de capital de giro, etc., também pode ser contornada. O mesmo acontece com qualquer problema técnico, administrativo, econômico ou financeiro.*
> *A questão central reside na inovação tecnológica aliada ao treinamento e à educação voltados para a reciclagem do operário e do técnico. Sobretudo quando se trata do soerguimento da indústria têxtil pernambucana. Para isto existem o SENAI/CERTTEX, em Pernambuco, e o CETIQT, no Rio de Janeiro que têm todas as*

> *condições de desenvolver este processo. Hoje, o CERTTEX tem, por exemplo, tecnologia de ponta e os melhores equipamentos de malharia do mundo."* (SILVA, 1999, pp. 189/190).

Na década de 90 a indústria têxtil de Pernambuco passa por uma grave crise devido, principalmente, à dificuldade para importar máquinas e equipamentos, a praga do bicudo e a descapitalização, ou falta de capital de giro, das empresas. A esses podem-se acrescentar, como anteriormente, a falta de incentivos por parte do governo como também a grande abertura para a entrada de tecidos da Ásia de melhor qualidade e a preços muito mais baixos. Contudo, no ano de 1992, o governo concede isenção de imposto para importação de máquinas e equipamentos, o que faz com que algumas empresas tentem buscar a modernização para que possam competir no mercado globalizado. No entanto, isto não foi suficiente, uma vez que a concorrência externa era muito forte. Para se ter uma idéia, deve-se observar o que diz Oscar Rache, presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Pernambuco, a respeito em entrevista concedida ao Jornal do Commércio no dia 25 de fevereiro de 1995:

> *"Os fabricantes estão solicitando à Câmara Setorial a criação de regras para conter a entrada dos produtos asiáticos. Rache afirmou que, enquanto a Europa impõe uma cota de apenas 2 mil toneladas para as importações de tecidos, o Brasil consumiu 30 mil toneladas da China e da Coréia em 1994. 'Os países desenvolvidos estabelecem mecanismos antidumping, mas o Brasil abriu o mercado sem nenhum controle', disse."* (SILVA, 1999, pp. 157/158).

Ainda de acordo com o mesmo artigo, segundo Oscar Rache, as alíquotas de importação foram reduzidas muito rapidamente sem que as empresas têxteis tivessem tempo de se modernizarem e, desta forma, poderem competir com o exterior. Segundo ele, o grande problema enfrentado pelas empresas com relação às indústrias chinesas e coreanas, é que estas contam com equipamentos de última geração, o que por si só aumenta a produtividade, como também possuem uma mão-de-obra mais barata que a nossa.

No dia 09 de abril de 1995, tem-se uma notícia no Jornal do Commércio a respeito do fechamento da Fábrica Yolanda, que era a última empresa têxtil localizada

em Recife. Já no dia 11 de abril do mesmo ano, o mesmo jornal estampa a notícia do fechamento da Fiação e Tecelagem Ribeirão, pertencente ao Grupo Armando Monteiro, o que provocou a demissão de 120 pessoas.

Então, na década de 90 tem-se o fechamento de mais algumas empresas têxteis decorrente da concorrência com os tigres asiáticos, devido à grande abertura às importações de tecidos e confecções destes países, e à falta de modernização dos equipamentos utilizados. Tudo isso somado a uma grande crise que já havia se instalado no setor a partir da década de 60 com a exclusão dos incentivos fiscais por parte da SUDENE e às dificuldades de importação de máquinas de última geração aliado a uma característica da indústria têxtil de Pernambuco que era o fato do trabalhador ser treinado na prática, ou seja, ele aprendia com outros trabalhadores já executando o serviço para o qual havia sido contratado e não fazia cursos para a aprendizagem. Ainda hoje só tem-se dois grandes centros de treinamento da mão-de-obra têxtil: o CERTTEX, aqui em Pernambuco, e o CETIQT no Rio de Janeiro.

No ano de 1998, existiam 4.204 unidades têxteis no Brasil, ocupando 249.073 trabalhadores, o que dá uma média de 59 trabalhadores por empresa, enquanto que, em Pernambuco, o número era de 85 unidades com 4.928 trabalhadores, dando uma média de 58 trabalhadores por empresa, o que significa dizer que, na média, a indústria têxtil pernambucana não é mais tão intensiva em trabalho quanto a nacional.[1]

[1] Dados retirados da FIBGE. Pesquisa industrial, v. 17, 1998.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após a abertura comercial do final da década de 1980, da adoção de mais um Plano Econômico, ainda em 1993, de uma sobrevalorização da moeda e de um quadro de grandes dificuldades para a indústria nacional, particularmente a têxtil, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de analisar os impactos de tudo isso sobre a competitividade da indústria têxtil de Pernambuco. O presente estudo está orientado por um enfoque descritivo.

A pesquisa bibliográfica foi iniciada ainda durante o cumprimento dos créditos do mestrado, prosseguindo posteriormente. Para tanto, foram feitas pesquisas nas seguintes bibliotecas: Biblioteca Central da UFPB, Biblioteca Central da UFPE, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais (CCS) da UFPE, Biblioteca da SUDENE, Biblioteca do CONDEPE, Biblioteca da UNICAP, além da biblioteca particular.

Primeiramente, foram feitos os levantamentos de teses e dissertações sobre o tema competitividade e, posteriormente, sobre os livros do tema e assuntos afins. Feito isso, foi selecionado o material que poderia ser utilizado para o desenvolvimento do estudo, quando foram lidos, resumidos e fichados.

Para a pesquisa documental, foram utilizados dados da FIBGE, da RAIS/Ministério do Trabalho e de algumas outras pesquisas feitas sobre o tema, como a do SINDITÊXTIL(2000) e a do IEL, CNA & SEBRAE (2000).

Na FIBGE, os dados utilizados foram referentes à Pesquisa Industrial Anual (PIA), quando se coletaram valores para a indústria têxtil em Pernambuco e no Brasil. A conceituação da FIBGE para indústria têxtil inclui o seguinte: beneficiamento de fibras têxteis naturais, fiação, tecelagem – inclusive fiação e tecelagem, fabricação de artefatos têxteis, como também tecelagem tecelagem, serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis, fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exclusive vestuário – e de outros artigos têxteis, fabricação de tecidos e artigos de malha.

Foram selecionadas as seguintes variáveis:

a) o Custo das Operações Industriais (COI), que corresponde à soma das despesas com matérias-primas, materiais e componentes diversos, energia elétrica, combustíveis e lubrificantes, serviços industriais prestados por terceiros e despesas com trabalhadores externos à unidade produtiva;
b) o Valor da Transformação Industrial (VTI) que é igual à diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (que é igual ao valor das vendas ou das transferências do total de mercadorias produzidas pelos estabelecimentos industriais) e o Custo das Operações Industriais (COI); logo, o VTI representa o valor adicionado ao das matérias-primas, dos componentes e de materiais consumidos produtivamente;
c) a massa salarial (W);
d) o número de trabalhadores em 31/12 de cada ano pesquisado (N).

A produtividade, que será chamada de Valor Adicionado (VA), foi calculada pela divisão do VTI pelo número de trabalhadores, N.

O salário médio foi obtido pela divisão da massa salarial, W, pelo número de trabalhadores, N.

Para a construção das tabelas, os valores, que estavam em reais, foram todos colocados a preços de 1990, utilizando-se o deflator implícito da FIBGE, e colocados em cruzeiros para tornar os valores do cálculo da produtividade e do salário médio diferentes ano a ano.

Os anos utilizados foram os de 1994, 1996, 1997, 1998 e 1999. O ano de 1995 não entrou no estudo pelo fato de não ter sido feita a Pesquisa Industrial Anual (PIA) para este ano.

Para o cálculo do Índice de Qualificação do Emprego Formal (IQEF), foram utilizados dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, para os anos de 1990 a 1998. É importante salientar que após o ano de 1993 mudou a classificação das atividades. Então até o ano de 1993, utilizou-se, como indústria têxtil, os segmentos de fiação, fiação e tecelagem e malharia. Para os anos de 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998, a classificação foi dada como sendo de fabricação de produtos têxteis que, segundo a RAIS, é composta do seguinte: beneficiamento de fibras têxteis (algodão e outras fibras naturais), fiação (de algodão, de fibras artificiais ou sintéticas, de fibras artificiais e sintéticas, fabricação de linhas e fios para coser e bordar), tecelagem – inclusive

fiação e tecelagem (tecelagem de algodão, tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, tecelagem de fios e filamentos contínuos artificiais ou sintéticos), fabricação de artefatos têxteis incluindo tecelagem (artigos de tecidos de uso doméstico incluindo tecelagem e outros artefatos têxteis incluindo tecelagem), serviços de acabamento em fios e tecidos (serviços de acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis), fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos – exclusive vestuário (artefatos têxteis a partir dos tecidos, artefatos de tapeçaria, artefatos de cordoaria, tecidos especiais – inclusive artefatos, outros artigos têxteis – exclusive vestuário), fabricação de tecidos e artigos de malha (tecidos de malha e outros artigos de vestuário produzidos em malharias). (RAIS/Ministério do Trabalho).

O cálculo do IQEF é similar ao do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Neste estudo, ele foi feito pelo cálculo da média aritmética simples de cinco indicadores: média salarial, concentração salarial, grau de instrução, grau de rotatividade e experiência.

Segundo MOUTINHO (2000), cada um destes indicadores foi transformado em um índice, que varia de 0 a 1, sendo 0 o melhor valor e 1 o pior valor. A fórmula utilizada para o cálculo do índice, foi a seguinte: $i = (Vo-Pv)/(Mv-Pv)$, onde Vo é o valor observado, Pv é o pior valor e Mv é o melhor valor. Os piores e melhores valores, respectivamente, são atribuídos aleatoriamente, mas de forma lógica, dentro das possibilidades de determinado índice. Neste estudo, foram utilizados os seguintes parâmetros para os indicadores:

a) média salarial: Pv=1 salário mínimo e Mv=10 salários mínimos;
b) concentração salarial: definida como o percentual das pessoas que ganham acima de 2 salários mínimos, sendo: Pv=0 e Mv=100%;
c) grau de instrução: definido como o percentual de trabalhadores com pelo menos o primeiro grau completo, sendo: Pv=0 e Mv=100%;
d) rotatividade: definida como o número de admitidos ou desligados (o que for menor) como proporção do número total de trabalhadores, sendo: Pv=100% e Mv=5%;
e) experiência; aqui, idade será utilizada como uma *proxy* de experiência, sendo: Pv=14 e Mv=65.

Os cálculos dos valores observados de cada um dos índices acima, foram feitos da seguinte forma:

a) média salarial: total de salários mínimos dividido pelo total de vínculos;
b) concentração salarial: somatório das pessoas que ganham acima de dois salários mínimos dividido pelo número total de trabalhadores;
c) grau de instrução: somatório dos trabalhadores com a oitava série completa, segundo grau incompleto, segundo grau completo, superior incompleto e superior completo, dividido pelo número total de empregados;
d) rotatividade: número de admitidos ou desligados (o que for menor) dividido pelo número total de trabalhadores e multiplicado por 100;
e) experiência: média entre os intervalos de idade multiplicada pelo número de pessoas no intervalo e dividido pelo número total de pessoas.

Então, achou-se uma série de 1990 a 1998 para cada um dos índices acima. Em cada ano, somaram-se os índices correspondentes ao ano e o resultado foi dividido por 5, encontrando-se, desta forma, o IQEF para cada um dos anos observados.

Após todos estes cálculos, foi feita a análise dos mesmos, buscando identificar resultados que pudessem mostrar o comportamento da indústria têxtil de Pernambuco comparativamente à nacional.

5. INDICADORES DE COMPETITIVIDADE E EMPREGO NA INDÚSTRIA TÊXTIL

5.1. Funcionamento e modernização da indústria têxtil

A indústria têxtil está dividida em diversos segmentos, dentre os quais pode-se destacar: produção e beneficiamento da matéria-prima, sejam as fibras sintéticas, derivadas de subprodutos do petróleo, como náilon, poliéster, lycra e polipropileno, as fibras artificiais, obtidas a partir da regeneração da celulose natural, como a viscose e o acetato, e as fibras naturais, como o algodão, a seda, o rami, o linho, a lã e a juta. A próxima etapa da indústria têxtil é a fiação.

> *"A fiação de fibras naturais compreende diversas operações por meio das quais as fibras são orientadas em uma mesma direção – paralelizadas – e torcidas de modo a se prenderem umas às outras por atrito. A fiação de fibras artificiais é composta das etapas de extrusão – operação em que uma substância pastosa é pressionada através da fieira -, resultando em filamentos que são endurecidos por meio da operação de solidificação."* (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 22).

O segmento seguinte é o de tecelagem e o de malharia, que é a etapa onde o tecido é efetivamente produzido.

> *"A tecelagem de tecidos planos é obtida pelo entrelaçamento de conjuntos de fios em ângulos retos, realizados por um tear. Esse processo exige uma preparação prévia do fio, tais como o processo de urdimento e engomagem. No segmento de tecelagem, existem basicamente três linhas importantes de tecidos: a) os tecidos pesados, compostos dos índigos e dos brins para confecção de jeanswear e roupa profissional, às vezes com misto de poliéster; b) o tecido de camisaria, na categoria de tecidos leves e as popelines, que apresentam um tipo variado de tecidos e tipos estampados, assim*

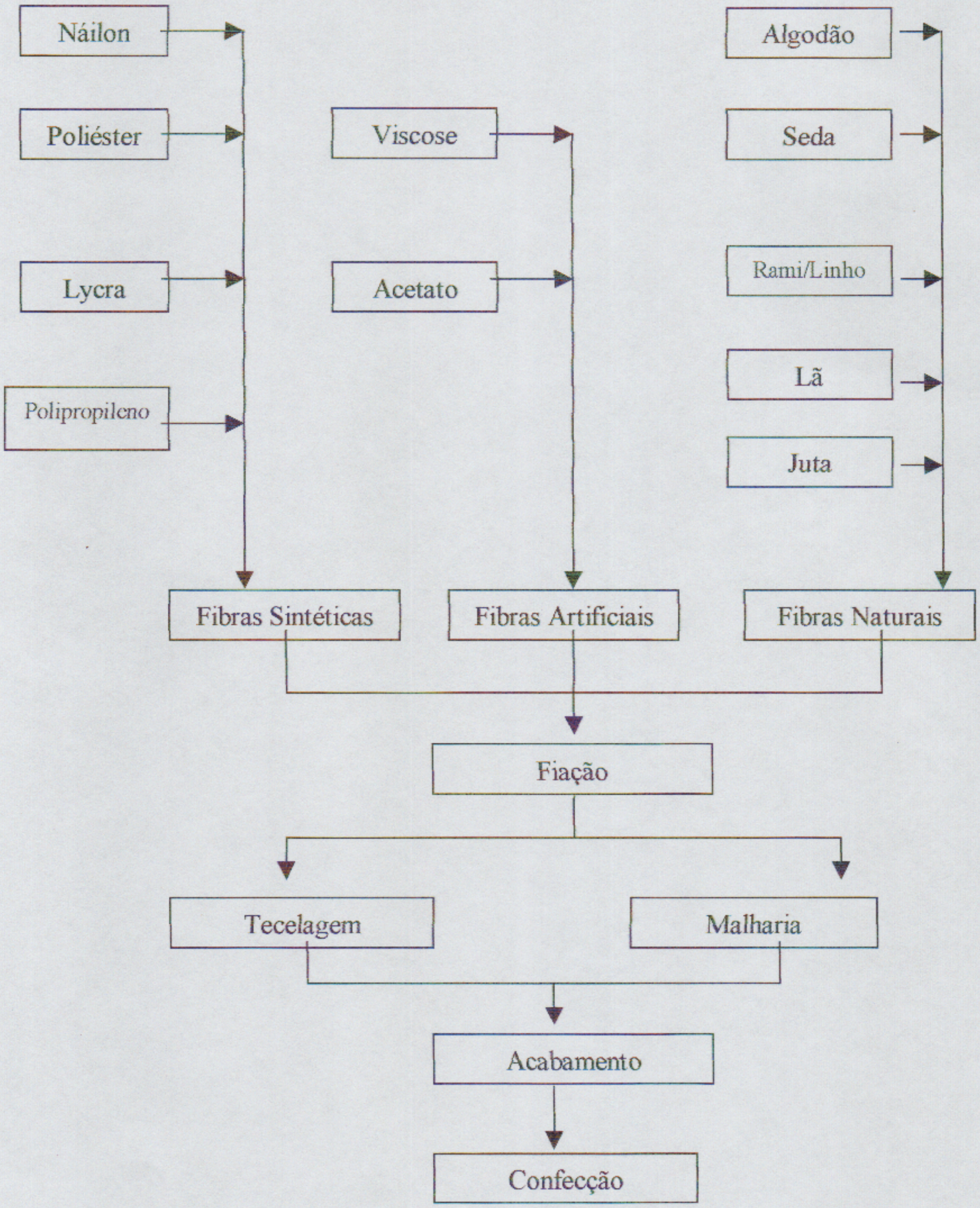
como as viscoses e c) o tecido para cama, mesa e banho e para decoração." (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 22).

> *"...Na malharia, a técnica consiste na passagem de uma laçada de fio através de outra laçada, o que acaba conferindo ao tecido de malha maior flexibilidade e elasticidade. Esse processo não requer procedimentos prévios de adaptação da matéria-prima às máquinas e as técnicas utilizadas na malharia são classificadas em dois tipos: malharia de trama (teares retilíneos ou circulares) e malharia de urdume (máquinas do tipo Kettensthul, Raschel e Malino). Na malharia encontramos a produção de malhas leves de algodão ou com mescla com poliéster para a fabricação de camisetas, t-shirts (que é uma commodity), artigos de moletom, meias esportivas de algodão com mescla de fibras sintéticas, malhas de náilon com elastano para a fabricação de roupas íntimas, esportivas e de banho, entre outros produtos."* (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 22).

Por fim, tem-se os segmentos finais da cadeia têxtil que se compõe do acabamento do tecido e da confecção.

Pode-se visualizar no fluxograma da figura 5.1 os segmentos da indústria têxtil:

Figura 5.1 - Configuração básica da Cadeia Têxtil



Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 21.

Como pode-se ver pelo fluxograma apresentado, as fibras utilizadas na produção têxtil podem ser de origem natural, sintética ou artificiais. As sintéticas advêm do petróleo. As fibras naturais são utilizadas sozinhas ou em combinação com outras, dando origem aos fios propriamente ditos, o que é feito no processo de fiação. Após a fiação, vem a produção do tecido, seja ele de malha ou não. Este é o processo de tecelagem ou de malharia. Por fim, tem-se o acabamento dos tecidos e a transformação dos mesmos em confecções de diversos tipos. São os processos de acabamento e confecção.

Como esse trabalho investiga os setores de fiação, tecelagem e malharia, será feita uma descrição do funcionamento destes setores, de forma a uma adequada compreensão dos processos produtivos em questão.

No setor de fiação, é de fundamental importância a qualidade do fio utilizado, pois de acordo com esta será produzido um fio que seja mais adequado à fabricação de um determinado tipo de tecido. Então, temos as seguintes características da fibra:

a) comprimento: para a manufatura de fios grossos que são utilizados na fabricação do brim, do denim e de índigos em geral, o comprimento da fibra não é importante; no entanto, para a fabricação de fios finos que serão utilizados na produção de tecidos leves, esta é uma característica fundamental;
b) uniformidade: esta é uma característica que diz respeito à uniformidade do comprimento da fibra utilizada. Para que a fibra seja considerada como possuidora de uma boa uniformidade, é necessário que esta seja de, pelo menos, 45%, o que assegura o bom rendimento das máquinas;
c) micronaire: este diz respeito à resistência da fibra e é importante, principalmente, na fabricação de fios grossos que serão utilizados na fabricação do denim, onde é necessário que o micronaire se situe próximo de 4,0;

BIBLIOTECA CENTRAL / UFPA

d) cor: para a etapa de tingimento dos tecidos, a cor original da fibra é uma característica de fundamental importância.

De acordo com o exposto acima, e sabendo-se que o algodão brasileiro é deficiente tanto no que diz respeito ao comprimento, quanto à uniformidade e ao micronaire, chega-se à conclusão de que a grande maioria das empresas competitivas do setor utilizam matéria-prima importada. A falta de uniformidade das fibras brasileiras, particularmente, dificulta a sua utilização por parte das empresas que possuem equipamentos mais modernos, uma vez que estes requerem grandes investimentos e, desta forma, criam a necessidade de se trabalhar com matéria-prima uniforme e resistente, pois as quebras sucessivas do fio geram muito tempo de paralisação do processo e conseqüente redução na produção e custos de ineficiência.

A maior modernização ocorrida no segmento de fiação diz respeito à utilização de filatórios mais modernos. Um filatório de anel convencional pode atingir a velocidade máxima de 19 a 25 metros de tecidos/minuto; no filatório "open-end", a velocidade máxima atingível é de 130 metros de tecidos /minuto; no jato de ar ("jet spinner"), esta gira em torno de 180 metros/minuto e no de fricção 300 metros/minuto. Pode-se ver que existe um grande avanço em termos de velocidade de produção de acordo com o filatório utilizado pela empresa, sem levar em conta, ainda, o fato de que filatórios mais modernos queimam etapas de produção.

> *"Só para ilustrar, do fardo (seja ele de poliéster ou de algodão, por exemplo) para se chegar à produção de um fio singelo cardado produzido em filatório de anéis, várias etapas estão envolvidas. O fardo tem de passar pela sala de abertura, onde existem equipamentos com a finalidade de abertura, limpeza, mistura e uniformidade de peso e de unidade de comprimento. Em seguida, os equipamentos envolvidos até a produção do fio são, nesta ordem: carda, 10 passador, 20 passador, maçaroqueira e filatório. Na produção de um fio singelo penteado e de um fio retorcido penteado, o número de máquinas e equipamentos é ainda maior. Deve-se ressaltar, também, que há possibilidade de misturar fardos. A mistura do poliéster com o algodão, por exemplo, é realizada no 10 passador."* (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 85).

Portanto, verifica-se que não apenas a velocidade do filatório utilizado é importante na produção da empresa, mas também este deve estar de acordo com o tipo de fio que esta produz, uma vez que os filatórios "open-end", que são bastante utilizados no país, só produzem fios mais grossos e com menor resistência que os dos filatórios de anéis, apesar de possuírem uma produtividade bem maior do que os de anéis. Já o jato de ar, ainda não é muito utilizado no país, e pode ser destinado também à produção de um fio mais fino.

Portanto, podem ser destacadas as seguintes vantagens dos filatórios "open-end" e "jet spinner" em relação aos filatórios de anéis: uma escala de produção elevada, eliminação de estágios de produção e, por conseqüência, uma redução do espaço das fábricas.

No quadro 5.1, mostra-se o grau de importância das características das fibras com relação ao filatório de anel e ao "open-end".

QUADRO 5.1

Importância das propriedades de fibras em cada tipo de filatório

Posição	Filatório de Anel	Filatório "Open-End"
1	Comprimento de fibras	Resistência de fibras
2	Resistência de fibras	Finura de fibras
3	Finura de fibras	Comprimento de fibras
4	Fricção de fibras	Pureza
5	-	Fricção de fibras

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 90.

No filatório de anel, que é o mais antigo, o mais importante é o comprimento e a resistência das fibras, enquanto que a finura vem em terceiro lugar, uma vez que neste tipo de filatório podem-se utilizar fios grossos também, enquanto no filatório "open-end", os fios utilizados só podem ser finos, daí estar em segundo lugar na classificação de importância das propriedades das fibras, sendo a resistência o primeiro item, uma vez que

nesse tipo de filatório tem de ser utilizadas fibras de boa qualidade, caso contrário haverá prejuízos para o mesmo.

Na tecelagem, o fio que foi produzido na fiação é transformado em tecido. Então, como já foi dito acima, o tipo de fio, o seu comprimento, a sua homogeneidade e a sua resistência serão fatores decisivos para a produção do tecido desejado, uma vez que o fio mais grosso será dedicado à fabricação de tecidos mais grosseiros do tipo brim, jeans e denim, enquanto os fios mais finos serão dedicados à produção de tecidos mais delicados. Os teares também serão utilizados de acordo com o tipo de tecido que se deseja produzir, uma vez que, assim como na fiação, um tear mais moderno pode não ser adequado a qualquer tipo de tecido.

Tem-se os seguintes tipos de teares utilizados: teares com lançadeira, de projétil, de pinça, jato de ar e jato d'água. Um tear com lançadeira produz 9,8 metros de tecidos por hora em média, enquanto um tear sem lançadeira pode chegar a produzir 38,2 metros de tecidos por hora. Em termos de velocidade, os teares com lançadeira atingem 200 batidas por minuto (bpm), nos teares a projétil e pinça tem-se 300 bpm e nos teares jato de ar e de água as batidas por minuto sobem para 800 e 1.000 bpm, respectivamente.

Outra característica importante é a capacidade de racionalização da utilização da mão-de-obra, uma vez que com os teares mais modernos um operário pode se encarregar de um maior número de máquinas, o que leva a uma redução do espaço físico da fábrica e a capacidade de incorporação de dispositivos à base de microeletrônica com a finalidade de uma maior controle do processo produtivo.

> *"Uma questão importante para a necessidade de utilização de teares de primeira geração é que cada vez mais as grandes empresas confeccionistas exigem, além da qualidade dos tecidos, especificações que gerem menor desperdício na hora do corte. Exigem-se cada vez mais tecidos com largura superior a 180 cm., já que as perdas são minimizadas pelo fato de se obter uma adaptação melhor à mesa de corte. Como os teares com lançadeira não estão habilitados a tecer peças com larguras superiores a 140 cm., há, desde já, uma limitação com relação a suprir a demanda do setor, estimulando-o a procurar fornecedores de fora do país na busca por uma matéria-prima que*

reduza seus custos de produção." (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 112).

5.2. A indústria têxtil nacional

Antes mesmo da abertura comercial da economia brasileira, ocorrida no final da década de 1980, mais especificamente desde 1988 devido à Resolução no. 155 do antigo Conselho de Comércio Exterior (CONCEX) de maio daquele ano, quando a alíquota de importação da fibra de algodão foi reduzida de 55% para apenas 10%, que a mesma sofre os efeitos da concorrência externa. Entre os anos de 1992/93, a alíquota de importação caiu a zero, tendo como efeitos a redução a níveis próximos de zero das exportações e uma queda acentuada da produção interna, efeitos esses agravados ainda mais com a sobrevalorização cambial e elevadas taxas de juros internas a partir do ano de 1993. Durante os anos de 1999/2000, a tarifa de importação passou para 8% e houve uma restrição nas facilidades de financiamento da fibra importada, medidas essas de pequeno efeito no volume de produção interna.

O aumento das práticas de abertura comercial do início da década de 1990 também trouxe efeitos negativos para o setor de fiação. Entre os anos de 1991/92 houve um aumento na produção de fios, seguido de uma redução entre os anos de 1994/95 para ter um leve aumento em 1996, como pode ser visto na tabela 5.1:

TABELA 5.1

BRASIL

Produção, Exportação e Importação de Fios

US$ 1.000/FOB

1990/1998

Ano	Produção		Exportação		Importação	
	US$	Índice	US$	Índice	US$	Índice
1990	5.229.241	100	290.339	100	45.425	100
1991	4.860.781	93	239.445	82	49.054	108
1992	5.275.991	101	283.256	98	31.770	70
1993	5.592.956	107	160.171	55	55.183	121
1994	5.822.089	111	213.659	74	55.019	121
1995	4.451.605	85	188.631	65	129.351	285
1996	4.671.683	89	175.033	60	73.547	162
1997	-	-	152.280	52	101.360	223
1998	-	-	118.781	41	87.282	192

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 80.

Como pode ser visto da tabela 5.1, o volume de produção de fios reduziu-se em 11%, as exportações caíram em 59% e as importações cresceram 92%, o que mostra claramente os efeitos negativos da abertura comercial para a produção interna, podendo-se dizer que o efeito líquido negativo na balança comercial foi de 151%.

Apesar da abertura comercial, o setor de fiação não teve uma redução muito acentuada no seu volume de produção, fato este que se deve à capacidade de algumas empresas do setor de diferenciarem a sua produção de fios (produção de fios de diversos títulos, combinações de variados tipos de fibras, como as naturais, as artificiais e as sintéticas). Outra medida adotada pelo setor foi a redução de suas margens de lucros, até mesmo naquelas que produzem fios diferenciados, mesmo tendo uma menor redução das margens do que as outras.

No que diz respeito ao número de empregados e de empresas no segmento de fiação, tem-se uma grande redução de ambos durante os anos de 1990 a 1997, redução situada em torno de 59% e 53%, respectivamente, conforme mostra a tabela 5.2.

As empresas que foram eliminadas do segmento foram aquelas menos competitivas, que não conseguiram diversificar a sua produção e se manter com a redução das margens de lucro do setor.

Com relação à mão-de-obra, a redução se deu, provavelmente, devido à eliminação de empresas e também devido a uma maior exigência de treinamento da mesma, além da utilização de equipamentos mais modernos que exigem um menor volume de trabalhadores.

TABELA 5.2

BRASIL

Número de estabelecimentos e de empregados no segmento de fiação

1990/1997

Ano	Total de Empresas	Mão-de-obra Direta
1990	1.179	227.015
1991	1.123	199.063
1992	990	130.661
1993	954	119.555
1994	939	120.792
1995	661	107.633
1996	617	95.504
1997	550	93.000

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 84.

Na região Nordeste, contudo, houve um aumento na produção de fios, tendo o Ceará sido o responsável direto por este fato, sendo que grande parte do algodão consumido por este é importado, sendo o Estado o segundo maior importador de algodão do país.

O segmento de fiação foi um dos que mais realizaram investimentos após o processo de concorrência via abertura comercial, sendo que é necessário um grande volume de investimentos em máquinas e equipamentos para que a unidade possa se tornar viável economicamente falando. Este fato constitui uma barreira à entrada, o que restringe o segmento às grandes firmas, sem contar que as grandes empresas estão se integrando verticalmente, principalmente com a tecelagem, em busca de uma maior competitividade, além de tentar se evitar problemas como fornecimento de matérias-primas, produtos e serviços.

> *"O segmento vem passando por algumas mudanças nos últimos anos, até como uma maneira de sobrevivência, como decorrência do aumento da concorrência iniciado com a abertura comercial, sendo as principais: algumas empresas integradas desde a fiação, tecelagem até o acabamento estão direcionando o seu mix de produtos para a produção de tecidos que possuam um maior valor agregado e rentabilidade. A produção está sendo voltada para tecidos de brim em substituição à produção dos tecidos à base de viscose e popeline, com o intuito de evitar a concorrência dos tecidos importados no segmento de roupas mais populares; aumento da concentração do segmento, com algumas empresas de grande representatividade investindo na elevação da escala e incremento da produtividade na fabricação de commodities para atingir às classes mais populares. Essa alternativa é propiciada pelos incentivos fiscais no Nordeste; concentração da produção de maior valor agregado, como os sintéticos, próximas aos grandes mercados consumidores."* (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 87).

As grandes empresas que se instalaram no Nordeste, devido aos incentivos fiscais e ao menor custo com a mão-de-obra, investiram na aquisição, principalmente, dos filatórios do tipo "open-end", com uma média de 2 a 3 anos de uso. Contudo, o que pode ser um benefício aparente se torna um desafio maior para estas empresas, uma vez que nas que utilizam os filatórios a anel, como o capital fixo já foi amortizado, as máquinas podem operar com um ritmo mais lento, contrariamente às outras, que têm de operar com o máximo possível de produtividade dos equipamentos, o que faz com que haja a necessidade da utilização de um algodão de melhor qualidade, que só é encontrado no exterior.

No segmento de tecelagem, com a abertura comercial, tem-se as grandes empresas integradas do setor focando a sua produção em commodities, além de investindo em máquinas e na instalação de modernas unidades. Em especial em regiões de incentivos fiscais, tem-se fusões e aquisições entre as empresas, além da utilização de técnicas de gestão modernas. Como objetivos de tais medidas, pode-se citar a redução dos custos, a racionalização do uso da mão-de-obra e da compra e desperdício de matéria-prima, além de agilizar o entendimento com o cliente. Estas empresas produzem tecidos pesados, como o índigo e o denim, e tecidos felpudos.

Diferentemente do segmento de fiação, o impacto inicial da abertura comercial sobre o segmento de tecelagem foi positivo, crescendo até 1994. Após este ano, no entanto, com a introdução do Plano Real e elevadas taxas de juros internas, a produção cai até 1997. No ano de 1998 tem-se uma elevação de 14% em relação ao ano de 1997 na produção de tecidos. Paralelamente ao comportamento da produção interna de tecidos, tem-se um aumento contínuo das importações, principalmente de tecidos oriundos da Ásia, o que levou a adoção de uma maior alíquota de importação para o segmento, passando esta de 15% para 70% no ano de 1996. Com relação às exportações, tem-se um pico no ano de 1992, com queda até 1997 e pequeno crescimento no ano de 1998, como observado na tabela 5.3.

TABELA 5.3

BRASIL

Produção, Exportação e Importação de Tecidos

1990/1997

Ano	Produção (toneladas)	Índice	Importação (toneladas)	Índice	Exportação (toneladas)	Índice
1990	814.824	100	7.336	100	35.746	100
1991	842.769	103	8.180	112	46.038	129
1992	949.808	117	5.327	73	74.221	208
1993	1.003.231	123	16.910	231	63.388	177
1994	1.042.703	128	46.482	634	55.001	154
1995	839.472	103	94.455	1.288	51.904	145
1996	849.820	104	53.712	732	50.109	140
1997	734.000	90	49.098	669	42.987	120

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 102.

Reelaborada pela autora.

Como pode ser visto da tabela 5.3, há uma redução na produção interna de tecidos da ordem de 10%, um aumento de 569% nas importações e um aumento nas exportações da ordem de 20%, tendo-se 549% de efeito líquido negativo na balança comercial.

Com relação à redução ocorrida após a abertura no número de empresas e de empregados, tem-se uma queda de 52% e de 66%, respectivamente, sendo que a maior redução ocorrida no número de empregados em relação ao número de empresas é decorrente do fato de que, com a aquisição de equipamentos mais avançados, a necessidade de trabalhadores é menor, uma vez que estes são mais produtivos que os anteriores, como pode ser visto na tabela 5.4.

TABELA 5.4

BRASIL

Número de estabelecimentos e de empregados no segmento de tecelagem

1990/1997

Ano	No. de Empresas	No. de Empregados
1990	1.458	140.665
1991	1.444	117.333
1992	1.264	124.864
1993	1.183	88.513
1994	1.083	88.472
1995	986	62.135
1996	834	58.614
1997	700	47.500

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 102.

Reelaborada pela autora.

Como a principal matéria-prima utilizada pela tecelagem nacional são os fios de algodão, e como o segmento de fiação no Brasil é competitivo com relação ao exterior, tem-se que quanto aos fios de algodão não há problemas de fornecimento para a tecelagem, mesmo porque grande parte das firmas deste segmento são integradas verticalmente com a fiação. Claro que deve-se levar em conta o fato de que as fiações de algodão utilizam principalmente algodão importado, de melhor qualidade.

No que diz respeito à mão-de-obra, com a utilização dos teares mais novos e, por conseqüência, mais velozes, estes fizeram com que a quantidade de trabalhadores no processo de produção fosse reduzida, além de que estes precisam ser mais qualificados, o que pode vir a ser um entrave no aumento da produtividade do segmento, o que fica mais evidente ainda nas empresas grandes e integradas por terem investido mais em equipamentos de última geração. Portanto, há a necessidade de um treinamento constante da mão-de-obra para torná-la sempre adequada ao desenvolvimento do setor têxtil.

Com relação à importação de máquinas mais modernas, com a abertura comercial, as grandes empresas integradas do setor passaram a importar teares mais modernos, sem lançadeira. Contudo, em comparação com outros produtores mundiais, o parque tecnológico ainda está defasado, uma vez que os teares sem lançadeira representam, aproximadamente, 79% dos teares utilizados na produção, como pode ser visto na tabela 5.5.

TABELA 5.5

PAÍSES SELECIONADOS

Capacidade instalada por tipo de teares

1996

País	Sem lançadeira		Com lançadeira	
	Unidades	%	Unidades	%
China	50.000	5	880.000	95
Indonésia	27.000	12	200.000	88
Japão	67.620	37	116.940	63
Brasil	33.200	21	122.410	79
Índia	6.280	4	133.760	96
Rússia	130.890	90	14.800	10
Estados Unidos	62.450	87	9.210	13
Taiwan	39.200	88	5.180	12
Paquistão	11.500	58	8.310	42
Portugal	15.630	84	2.920	16

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 111.

No que diz respeito à idade dos equipamentos, pode-se verificar que esta diminuiu entre os anos de 1989 e 1995, ou seja, logo após a abertura comercial, o que indica uma tentativa clara do segmento de se modernizar frente à competição acarretada pela abertura comercial ocorrida no ano de 1990, como pode ser verificado na tabela 5.6.

TABELA 5.6

BRASIL

Idade média de algumas máquinas no segmento de tecelagem

Anos e fração de ano

1989/1995

Máquinas	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Tear jato d'água	1	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4
Tear jato de ar	4	3,5	3	2,1	1,5	1,4	1,2
Tear lançadeira	23	22,3	22,1	21,8	21,6	21,3	21
Tear pinça	9	9,7	9,4	8,8	8,3	7,8	7,4
Tear projétil	9	8,5	8,3	8,1	7,8	7,5	7,3

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 111.

Reelaborada pela autora.

Portanto, verifica-se que houve uma redução na média de anos dos equipamentos do segmento de tecelagem, até mesmo em relação aos teares de lançadeira, que são os menos produtivos. O tear jato d'água passou de uma média de 1 ano para 4 meses, aproximadamente, enquanto o jato de ar passou de 4 anos para uma média de 14 meses; o pinça e o projétil passaram de 9 anos para, respectivamente, 7 anos e 4 meses e 7 anos e 3 meses.

No segmento de malharia, com a abertura comercial de 1990, a produção teve um fraco crescimento durante os anos de 1993/94, depois uma leve queda, entre 1995/96 crescendo um pouco novamente no ano de 1997, sendo que as importações de tecidos de malha tiveram um grande crescimento, sendo o item com o maior crescimento do período, chegando até mesmo a deslocar o algodão do posto do segundo item de tecido mais importado, como pode ser visto na tabela 5.7.

TABELA 5.7

BRASIL

Indicadores do segmento de malharia

Ano	Produção (ton.)	Importação (ton.)	Exportação (ton.)	No. de empresas	No. de empregados
1990	371.284	566	1.787	3.766	116.587
1991	358.763	434	2.302	3.687	104.730
1992	405.278	72	3.126	3.576	99.749
1993	453.016	116	2.256	2.934	92.389
1994	457.846	1.485	1.878	3.400	96.506
1995	413.858	10.670	1.032	3.019	85.853
1996	407.429	21.578	1.244	2.891	80.477
1997	427.800	31.557	1.615	2.960	79.000

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 117.

Reelaborada pela autora.

Como pode ser visto pela tabela 5.7, no período analisado tem-se um grande aumento das importações da ordem de 5.475,4%, enquanto o número de firmas e de empregados se reduz. Há uma queda nas exportações da ordem de 9,63%, o que acarretou um déficit líquido na balança comercial de 5.485,4%.

No segmento de malharia, a grande maioria das empresas é integrada para frente, ou seja, com o segmento de confecção. Este segmento comporta três classificações das empresas: as grandes, que são integradas e produtoras de commodities, as médias, que têm um certo grau de integração e produzem bens mais diferenciados e as pequenas, que são, em grande parte, informais.

Nas empresas produtoras de commodities, tem-se o destaque para uma malha composta 100% de algodão e uma malha que mescla algodão com poliéster e que possibilita a fabricação de camisetas com custos reduzidos.

Já nas médias empresas produtoras de tecidos diferenciados, tem-se artigos como a malharia esportiva, de artigos íntimos, meias femininas e meias esportivas.

Nas pequenas empresas, que em sua maioria são empresas informais, a saída é a formação de pólos de pequenas malharias.

> *"Nessas, a estratégia é sobreviver via formação de pólos de pequenas malharias. Sobre esse aspecto, ressalta-se que nesses locais, pela quantidade de pequenas tecelagens de malha, abre-se espaço à instalação de empresas de acabamento, que antes, por falta de escala, não tinham viabilidade econômica de se instalar. A grande vantagem dos pólos está centrada nos ganhos de escala proporcionados com a concentração de produtores num mesmo local. Esse ganho de escala possibilita melhoras na aquisição de matérias-primas e na distribuição de seus produtos."* (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 121.).

Com relação à matéria-prima, tem-se que o fio da malharia é praticamente o mesmo utilizado na tecelagem normal, com uma pequena diferença em relação ao maior grau de torção. O processo de produção, no entanto, é mais simples do que o da tecelagem, uma vez que não exige o urdimento e a engomagem do fio, além de que a produtividade é bem maior, uma vez que os equipamentos de malharia são bem mais rápidos que os de tecelagem. Um tear circular, por exemplo, chega a produzir de 450 a 500 quilos de tecidos de malha por dia, enquanto um tear a jato de ar, mais moderno que o tear com lançadeira, chega a produzir cerca de 100 quilos de tecidos por dia. (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 122).

Com relação aos custos com a mão-de-obra, os problemas encontrados são os mesmos de todos os segmentos no Brasil, quais sejam os elevados encargos trabalhistas, o que faz com que haja um deslocamento das empresas para as regiões onde esses custos são menores.

5.3. A indústria têxtil de Pernambuco

Existe hoje uma tendência de deslocamento da indústria têxtil em direção àquelas regiões onde a competitividade se dá em termos de custos mais baixos, ou seja,

menores salários e maiores incentivos fiscais, basicamente. No caso específico de Pernambuco, a atratividade está nos baixos salários.

O consumo de algodão pela região Nordeste estava, em 1999, em torno de 40% do brasileiro (340.000 ton./ano), quando, em 1980, era de 17% (100.000 ton./ano). (SINDITÊXTIL, 2000, p. 8). Portanto, um aumento de 23 pontos percentuais em 20 anos, principalmente levando-se em conta que nessas duas últimas décadas a indústria têxtil enfrentou sérias dificuldades. No caso particular do Nordeste, no Ceará e na Paraíba, além da atratividade dos baixos salários, os governos destes estados estimularam a instalação de unidades têxteis através de incentivos fiscais concedidos, o que barateava bastante os custos de produção. Em Pernambuco, os incentivos não foram concedidos, pelo menos não a níveis significativos. Portanto, com o maior grau de atração fornecido por outros estados da região, Pernambuco entrou em uma grande crise no seu parque têxtil. Logo, o crescimento do consumo de algodão pelo Nordeste, na verdade, foi em grande parte demandado pela Paraíba e, principalmente, pelo Ceará que consome, aproximadamente, 160 mil toneladas de algodão por ano. (IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 83).

A partir do ano de 2000, o governo do estado adotou um novo incentivo para atrair empresas para Pernambuco, o PRODEPE II que, aliado à desvalorização cambial de janeiro de 1999, fez com que houvesse um crescimento da indústria têxtil de Pernambuco nos seguintes níveis, de acordo com os dados apontados pela pesquisa do SINDITÊXTIL (2000):

> *" a) o consumo de fibras cresceu acima de 25%;*
> *b) o consumo de fios de algodão, usados como matéria-prima para as tecelagens, cresceu acima de 16%;*
> *c) para um crescimento da indústria brasileira de 6 a 8%, a indústria têxtil de Pernambuco cresceu acima de 20%;*
> *d) as exportações cresceram 27%."*(SINDITÊXTIL, 2000, p. 9).

Uma outra característica importante das novas empresas que estão se instalando no Nordeste é que grande parte delas atua no segmento de malharia, tanto

pelo fato de o número de fases produtivas ser menor, como por ser um mercado em expansão.

Também, como já foi visto anteriormente, há uma tendência à verticalização das empresas, ou seja, empresas que antes realizavam apenas a fiação estão, agora, atuando também no segmento de tecelagem, seja a plana ou de malha.

Pernambuco está dividido da forma mostrada na tabela 5.8 entre os diversos segmentos da cadeia têxtil.

No segmento de fiação, Pernambuco conta com filatórios com idade média bastante alta. No caso dos fusos de anel, a idade média está acima de 10 anos, correspondendo a 97,5% dos equipamentos utilizados. A situação melhora um pouco quando se analisa a idade média dos filatórios "open-end", quando 74,1% dos mesmos têm idade acima de 10 anos. Estes dados indicam que Pernambuco continua defasado tecnologicamente no segmento de fiação.

Quando se passa para a tecelagem, há uma queda na idade média dos equipamentos, principalmente em decorrência da instalação de malharias. Na tecelagem plana, 78,4% dos teares utilizados têm acima de 10 anos de uso, enquanto que na tecelagem de malha a grande maioria dos teares têm idade abaixo de 10 anos. (SINDITÊXTIL, 2000, p. 21).

TABELA 5.8

PERNAMBUCO

Fases de atuação na cadeia produtiva

(%)

1999

Fases de atuação	Percentual de empresas
Fiação	68,18
Tecelagem de Malha	36,36
Tecelagem Plana	18,18
Acabamento	54,54
Confecção	9,1

Fonte: SINDITÊXTIL, 2000, p. 14.
Reelaborada pela autora.

Comparativamente ao Brasil, segundo dados vistos anteriormente, no ano de 1995 a idade média dos teares era de 7 anos e meio, o que significa dizer que Pernambuco não conseguiu modernização tecnológica também no segmento de tecelagem, apesar das malharias. Contudo, estas representam apenas 36,36% das empresas instaladas em Pernambuco.

Com relação aos principais bens produzidos pela indústria têxtil de Pernambuco, estes estão divididos da forma mostrada na tabela 5.9 entre os segmentos de fiação e tecelagem. Como pode ser verificado, há a produção de 4.536 toneladas de fios "open-end" resíduos, aproximadamente 22% do total de fios produzidos, 4.952 toneladas de fio 8/1, em torno de 24% do total, 760 de fio 10/1, 3,6% do todo, 960 do 16/1, 4,6%, 5.700 de30/1, 27,5%, 2.586 de fios de algodão equivalendo a 12,5% do total, 882 dde fios mistos, 4% e 354 de fios de linho, 1,7% do total. Pode ser visto que a produção de fios de linho foi bastante reduzida.

Em termos de tecidos, teve-se a produção de 7.101 toneladas de tecidos de malha, 34% do total, 10.675 de tecidos planos de algodão, 51%, 3.041 de tecidos planos mistos, 14,5% e 103 toneladas de outros tecidos planos, 0,5%.

Do total desta produção, 22,73% foi exportado, 72% foi dirigido a outros estados e apenas 5,7% foi para consumo local. (SINDITÊXTIL, 2000, p. 26). Deve ser aqui ressaltado que a maioria das grandes empresas instaladas em Pernambuco, que são aquelas que realmente atuam nos segmentos de fiação e tecelagem, como já visto anteriormente, não são genuinamente pernambucanas, ou seja, a sede destas empresas se localiza, basicamente, em estados das regiões Sul e Sudeste do país, onde é feita a fase final da produção.

Isto significa que há uma evidência de que, apesar de a nível nacional os segmentos de fiação e tecelagem estarem se tornando capital-intensivos, em Pernambuco ainda são trabalho-intensivos, uma vez que a idade média das máquinas e equipamentos utilizados é muito alta. Como a fase final da produção exige equipamentos mais modernos e mão-de-obra mais treinada, uma vez que o mercado está buscando bens de melhor qualidade, então estas etapas são feitas nas regiões Sul e Sudeste do país, nas sedes das grandes empresas do parque têxtil de Pernambuco.

TABELA 5.9

PERNAMBUCO

Indústria têxtil: tipos de produtos e volume de produção

1999

Produtos	Volume de Produção (ton.)
Fio "open-end" resíduos	4.536
Fio 8/1	3.800
Fio 8/1 "open-end"	1.152
Fio 10/1	760
Fio 16/1	960
Fio 30/1	5.700
Fios de algodão	2.586
Fios mistos	882
Fios de linho	354
Tecidos de malha	7.101
Tecidos planos de algodão	10.675
Tecidos planos mistos	3.041
Outros tecidos planos	103

Fonte: SINDITÊXTIL, 2000, p. 25.
Reelaborada pela autora.

5.4. Comparação entre Pernambuco e Brasil

Para poder ser feita uma avaliação a respeito do nível de qualificação dos trabalhadores na indústria têxtil, utilizou-se o conceito e o cálculo do Índice de Qualificação do Emprego Formal (IQEF). Entende-se aqui, que o grau de qualificação da mão-de-obra dependerá de alguns indicadores, como o nível de instrução, a média salarial, a concentração salarial, a rotatividade da mão-de-obra e a experiência do trabalhador. Como definido no Capítulo 4, onde se discutiram os aspectos metodológicos, o grau de instrução é o percentual de trabalhadores com pelo menos o

primeiro grau completo, podendo variar de 0% (pior valor) a 100% (melhor valor), a média salarial, que é o salário médio do setor, estando entre 1 e 10 salários mínimos, a concentração salarial é definida como o percentual das pessoas que ganham acima de 2 salários mínimos, variando de 0% a 100%, a rotatividade da mão-de-obra é o número de admitidos ou desligados (o que for menor) como proporção do número total de trabalhadores, variando de 100% (pior valor) a 5% (melhor valor) e a experiência do trabalhador, onde a idade é utilizada como uma *proxy* de experiência, variando de 14 a 65 anos.

No que diz respeito à média salarial, tem-se as observações mostradas na tabela 5.10.

TABELA 5.10

BRASIL e PERNAMBUCO

Média salarial na indústria têxtil

Salários mínimos e nível de emprego

1990/1998

Ano	Brasil	Pernambuco	Brasil/PE	Nível de emprego-PE	Nível de emprego Brasil
1990	4,73	2,96	1,60	9.333	289.382
1991	5,96	3,11	1,92	6.033	255.732
1992	5,98	4,47	1,34	5.842	227.867
1993	4,83	3,06	1,58	5.097	224.158
1994	5,21	3,58	1,46	17.151	375.497
1995	4,85	3,47	1,40	12.891	327.755
1996	4,71	3,52	1,34	7.681	311.172
1997	4,53	3,96	1,14	6.096	275.793
1998	4,11	3,40	1,21	5.935	257.957

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

BIBLIOTECA CENTRAL / UFPE

Desses valores, podem ser retiradas algumas conclusões:

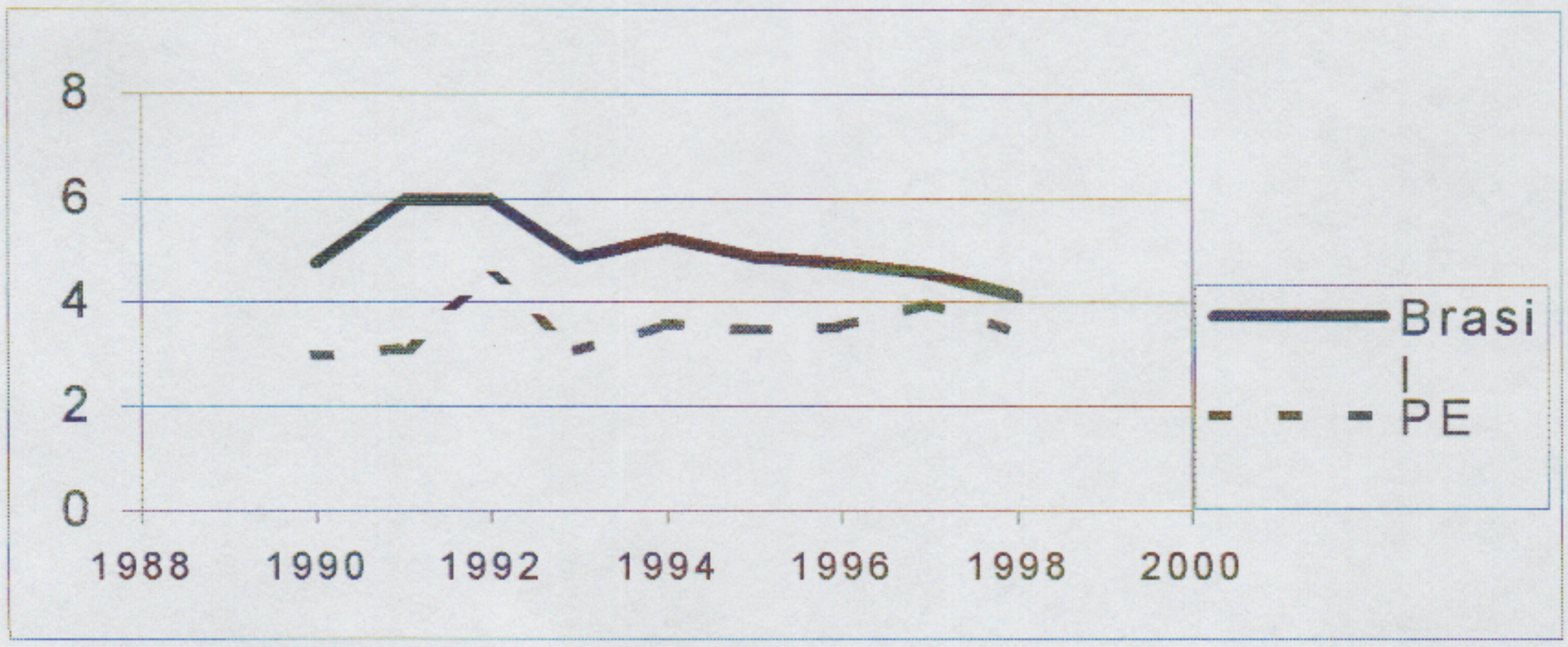
a) a média salarial no Brasil sempre foi maior que a de Pernambuco no período analisado;

b) embora a média salarial do Brasil seja sempre maior do que a de Pernambuco, pode-se ver que há uma tendência à redução da diferença entre as médias salariais de Pernambuco e do Brasil, chegando, em 1997, ao nível mínimo de diferença.

GRÁFICO 5.1

BRASIL e PERNAMBUCO

Média salarial na indústria têxtil



Fonte: Tabela 5.10.

c) de 1990 até 1992, houve um aumento na média salarial, que coincide justamente com o período de abertura comercial e queda a zero da alíquota da importação de fibras. O Brasil passou de 4,73 salários mínimos para 5,98, um aumento de 26,43%, e Pernambuco passou de 2,96 salários mínimos para 4,47, um aumento de 51,01%. O emprego caiu no Brasil de 289.382 para 227.867, 21,6%, e em Pernambuco de 9.333 para 5.842, 37,4%. Portanto, como é um período de recessão na economia nacional, particularmente na indústria têxtil, a massa salarial aumentou e o número de empregos diminuiu gerando, desta forma, um aumento no salário médio;

d) de 1992 a 1994, em Pernambuco o salário médio caiu de 4,47 para 3,58, 19,9%, com aumento no emprego de 5.842 para 17.151, 193,58%, indicando que a indústria têxtil conseguiu se recuperar durante este período. No Brasil, a média salarial caiu de 5,98 para 5,21, 12,88% e o volume de empregos aumentou de 227.867 para 375.497, 64,79%, o que significa dizer que a massa salarial aumentou menos que o emprego, ou seja, os salários pagos a mais pelos novos trabalhadores se concentraram na faixa baixa;

e) de 1994 a 1998, a média salarial no Brasil passou de 5,21 para 4,11, redução de 21,11%, o volume de empregos de 375.497 para 257.957, redução de 31,3%, significando que a massa salarial caiu mais do que o volume de empregos. Em Pernambuco, a média salarial passou de 3,58 para 3,4 salários mínimos, redução de 5,03%, enquanto que o volume de empregos passou de 17.151 para 5.935, queda de 65,4%, significando uma diminuição maior ainda da massa salarial do que do emprego;

f) entre os anos de 1994 e 1995, houve um "boom" no nível de emprego do Brasil e de Pernambuco, o que pode ser creditado ao otimismo com o Plano Real.

O segundo indicador é o de concentração salarial, onde tem-se os valores mostrados na tabela 5.11.

TABELA 5.11

BRASIL e PERNAMBUCO

Concentração salarial

(em percentual)

1990/1998

Ano	Brasil	PE	Brasil/PE
1990	81,94	58,84	1,39
1991	87,75	66,71	1,32
1992	89,68	68,99	1,30
1993	80,83	48,45	1,67
1994	82,62	70,25	1,18
1995	80,53	78,84	1,02
1996	80,25	60,83	1,32
1997	79,6	57,89	1,37
1998	74,92	50,00	1,50

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

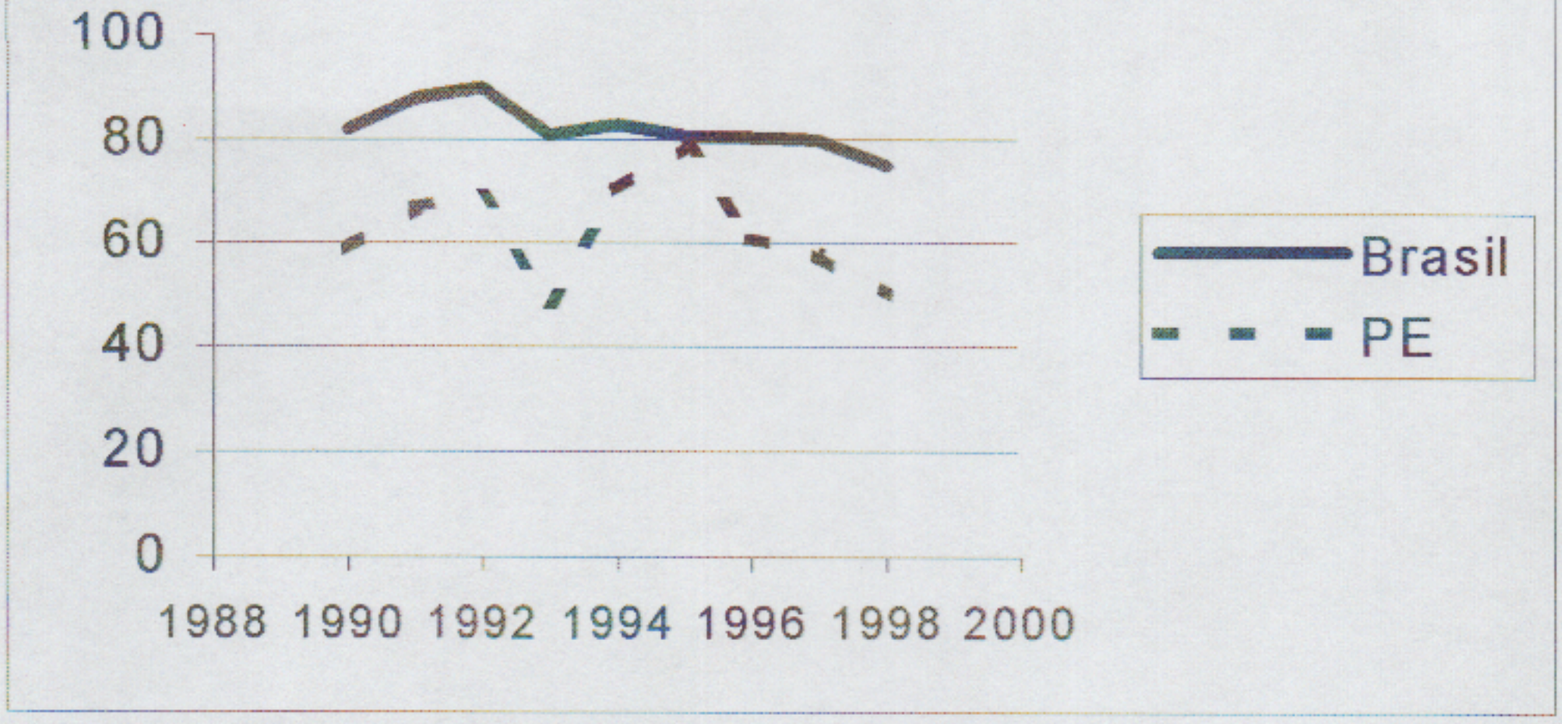
Elaborada pela autora.

Graficamente, pode-se visualizar o que aconteceu com a concentração salarial entre Pernambuco e o Brasil, como mostra o Gráfico 5.2.

GRÁFICO 5.2

BRASIL e PERNAMBUCO

Concentração salarial na indústria têxtil



Fonte: Tabela 5.11.

As conclusões são as seguintes:

a) de 1990 a 1992, o percentual de trabalhadores acima de 2 salários mínimos, passou de 58,84 para 68,99 em Pernambuco, um aumento de 17,25%; no Brasil passou de 81,94 para 89,68, aumento de 9,45%. Apesar de ser um período de crise, com redução de emprego, houve aumento na média salarial, como visto anteriormente, e na concentração salarial, ou seja, os trabalhadores que ficaram nos empregos são aqueles com níveis mais altos de salários;

b) no período de 1992 a 1994, a concentração salarial no Brasil passa de 89,68% para 82,62%, uma redução de 7,87%. Com o aumento no emprego e redução na média salarial, significa que os trabalhadores estão ganhando menos. Em Pernambuco, a concentração salarial passou de 68,99% para 70,25%, aumento de 1,83%, o volume de empregos aumentou bastante e a média salarial caiu, ou seja, assim como no Brasil, os trabalhadores estão ganhando salários menores;

c) de 1994 a 1998, a concentração salarial em Pernambuco passa de 70,25% para 50%, redução de 28,83%, o emprego cai e a média salarial também, indicando que há uma

redução na massa salarial. No Brasil, a concentração salarial passa de 82,62% para 74,92%, redução de 9,32%, o emprego cai e o salário médio também cai.

O terceiro indicador é o nível de rotatividade, tendo-se os seguintes valores:

TABELA 5.12

BRASIL e PERNAMBUCO

Rotatividade da mão-de-obra

(em percentual)

1990/1998

Ano	Brasil	Pernambuco	Brasil/PE
1990	46,09	38,19	1,21
1991	37,84	63,40	0,60
1992	32,5	29,53	1,10
1993	33,5	27,98	1,20
1994	21,04	8,57	2,45
1995	27,65	13,07	2,12
1996	21,32	38,86	0,55
1997	38,25	52,38	0,73
1998	36,01	31,68	1,14

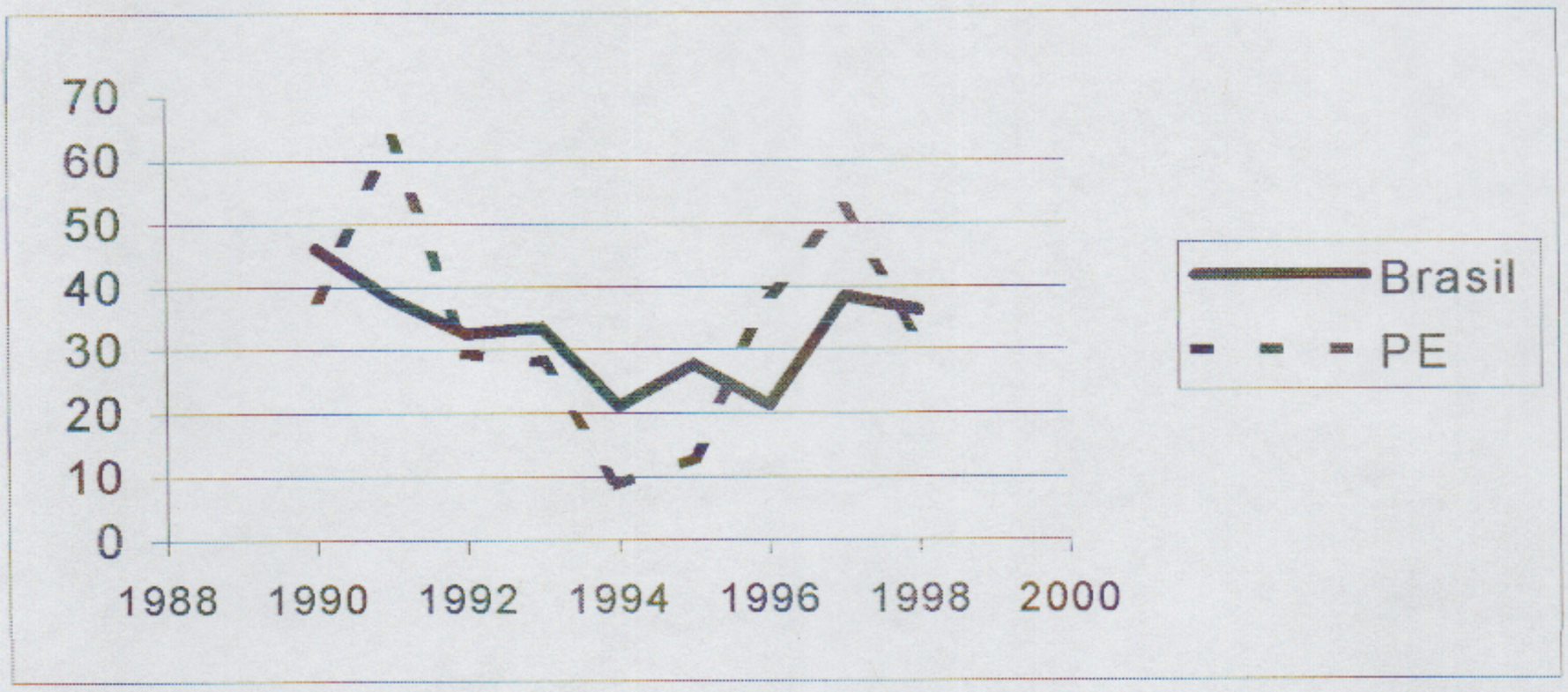
Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

GRÁFICO 5.3

BRASIL e PERNAMBUCO

Rotatividade da mão-de-obra



Fonte: Tabela 5.12.

As conclusões são as seguintes:

a) a variação da rotatividade da mão-de-obra em Pernambuco foi bem maior do que no Brasil, atingindo um pico global no ano de 1991, pouco após o Plano Collor, e um vale em 1994, depois do Plano Real; no Brasil, o pico foi em 1990, também após o Plano Collor, e aconteceram dois vales, um em 1994, pós Real, e outro em 1996;

b) de 1990 a 1992, em Pernambuco, a rotatividade passou de 38,19% para 29,53%, queda de 22,68%; no Brasil, passou de 46,09% para 32,5%, queda de 29,49%, o que indica, juntamente com aumento da média e concentração salarial e queda do emprego, que as pessoas não demitidas são justamente aquelas mais qualificadas e, portanto, com menor rotatividade;

c) no período de 1992 a 1994, a rotatividade em Pernambuco passou de 29,53% para 8,57%, queda de 70,98% e no Brasil passou de 32,5% para 21,04%%, redução de 35,26%. O volume de emprego aumentou nos dois casos; a média salarial diminuiu e a concentração salarial em Pernambuco aumentou, quando, novamente, ficaram

trabalhadores mais qualificados. No Brasil, a média e a concentração salarial caíram, indicando menor rotatividade também nas faixas salariais mais baixas;

d) de 1994 a 1998, a rotatividade passou de 8,57% para 32,68% em Pernambuco, aumento de 269,66%; o emprego caiu, a concentração a e média salarial também caíram, indicando uma tendência a um baixo padrão de competitividade na indústria têxtil de Pernambuco. No Brasil, a rotatividade passou de 21,04% para 36,01%, aumento de 71,15% que, juntamente com redução do emprego, na concentração e na média salarial, também indicam uma fase de retração na indústria têxtil, sendo que essa retração em Pernambuco foi acentuadamente maior que no Brasil.

O quarto indicador de qualificação é o grau de instrução, que teve o comportamento mostrado na Tabela 5.13:

TABELA 5.13

BRASIL e PERNAMBUCO

Grau de instrução

(em percentual)

1990/1998

Ano	Brasil	Pernambuco	Brasil/PE
1990	26,28	27,31	0,96
1991	27,63	26,75	1,03
1992	28,94	28,02	1,03
1993	30,98	28,35	1,09
1994	36,05	32,84	1,10
1995	40,24	33,98	1,18
1996	39,61	39,8	0,99
1997	44,41	48,75	0,9
1998	47,24	53,1	0,89

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

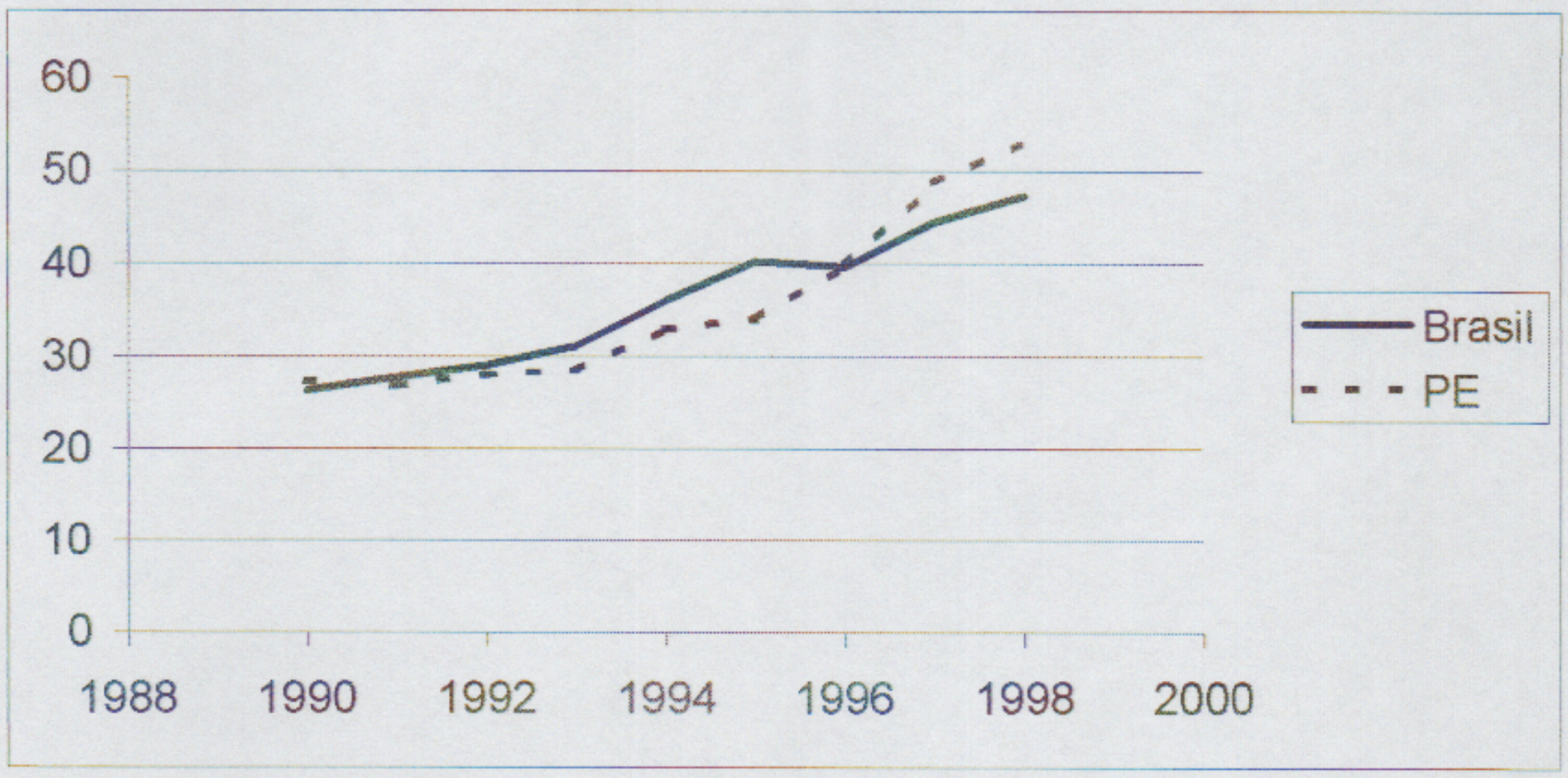
O grau de instrução é o percentual de pessoas que têm pelo menos o primeiro grau completo, ou seja, qual o percentual, dentro do total, de trabalhadores que possuem instrução até a oitava série completa, pelo menos.

Pode-se ter uma melhor visualização através do Gráfico 5.4:

GRÁFICO 5.4

BRASIL e PERNAMBUCO

Grau de instrução



Fonte: Tabela 5.13.

Podem ser retiradas as seguintes conclusões dos dados acima:

a) o grau de instrução no Brasil foi maior do que em Pernambuco durante quase todo o período, mudando de tendência a partir de 1996;

b) de 1990 a 1992, passou de 27,31 para 28,02 o número de pessoas com pelo menos o primeiro grau completo, ou seja, um aumento de 2,6%. No Brasil, passou de 26,28%

para 28,94%, aumento de 10,12%. Associado ao aumento no grau de instrução, tem-se uma elevação na média e na concentração salarial, redução no emprego e na rotatividade, o que confirma a conclusão anterior que diz que as pessoas que ficaram empregadas foram as mais qualificadas e, portanto, com maiores salários e menor rotatividade;

c) de 1992 a 1994, o grau de instrução, em Pernambuco, passou de 28,02% para 32,84%, aumento de 17,20%, e no Brasil de 28,94% para 36,05%, aumento de 24,57%. No Brasil, associa-se queda na média e na concentração salarial, queda na rotatividade e aumento do emprego, o que indica que estão sendo contratados trabalhadores com maior grau de instrução e, portanto, menor rotatividade. Contudo, estes estão recebendo menores salários. Em Pernambuco, houve aumento do emprego e da concentração salarial e queda na rotatividade e na média salarial, o que indica que os trabalhadores passaram a receber salários mais altos, apesar de que a massa salarial caiu devido ao aumento de emprego.

d) No período de 1994 a 1998, o grau de instrução, em Pernambuco, passou de 32,84% para 53,1%, aumento de 61,69%, e no Brasil passou de 36,05% para 47,24%, aumento de 31,04%. Juntamente, tem-se queda no emprego, na média e na concentração salarial e aumento na rotatividade, indicando que, apesar do maior nível de instrução, os trabalhadores passaram a receber salários menores e se tornaram mais susceptíveis à rotatividade. Isso confirma os dados anteriores de que a indústria têxtil nacional, principalmente a de Pernambuco, está passando por um período recessivo.

O último dos indicadores é o nível de experiência, sendo crescente com a idade. Os valores são os seguintes da Tabela 5.14.

TABELA 5.14

BRASIL X PERNAMBUCO

Nível de experiência

(anos)

1990/1998

Anos	Brasil	Pernambuco	Brasil/PE
1990	31	32	0,97
1991	31	33	0,94
1992	32	33	0,97
1993	32	33	0,97
1994	32	32	1,00
1995	32	33	0,97
1996	32	33	0,97
1997	32	33	0,97
1998	32	33	0,97

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

Como os dados mostram, há mais ou menos uma constância nesse indicador, o que significa dizer que a idade média variou muito pouco durante todo o período de análise, ou seja, esse indicador pouco acrescentou à análise do IQEF.

Finalmente, chega-se aos seguintes valores do IQEF para Pernambuco e Brasil:

TABELA 5.15

BRASIL e PERNAMBUCO

Índice de Qualificação do Emprego Formal (IQEF)

1990-1998

Anos	Brasil	Pernambuco	Brasil/PE
1990	0,48	0,42	1,25
1991	0,54	0,39	1,12
1992	0,56	0,49	1,20
1993	0,52	0,42	1,37
1994	0,57	0,53	1,29
1995	0,55	0,54	1,22
1996	0,56	0,46	1,07
1997	0,53	0,45	1,04
1998	0,52	0,48	1,15

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

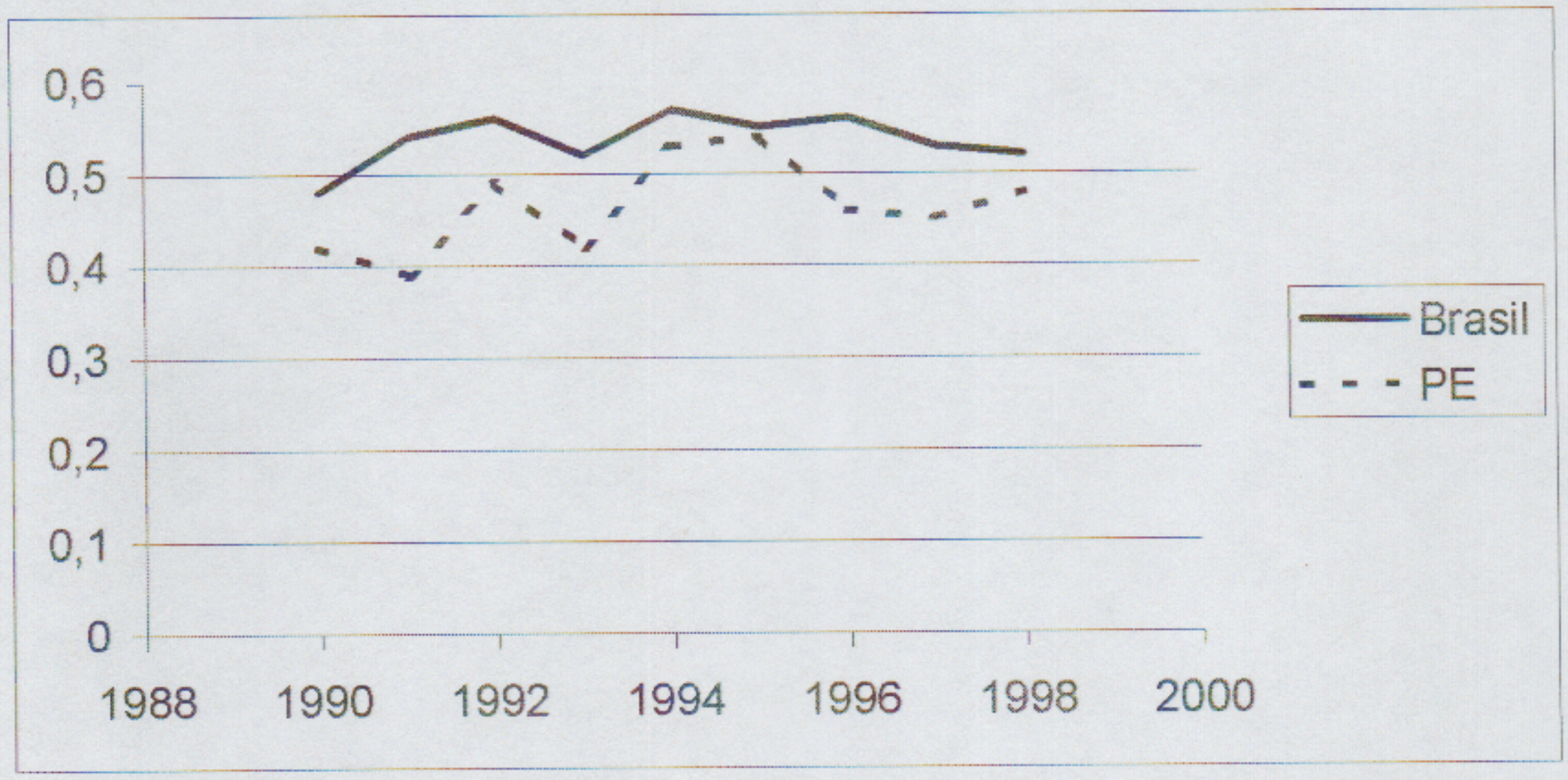
O IQEF é calculado a partir dos cinco indicadores já analisados individualmente, a média e a concentração salarial, a rotatividade da mão-de-obra, o nível de instrução e a experiência. Portanto, o IQEF serve para indicar se houve melhora na qualificação do trabalhador empregado na indústria têxtil.

Pode-se ter uma melhor visualização do comportamento do IQEF através do Gráfico 5.5.

GRÁFICO 5.5

BRASIL e PERNAMBUCO

IQEF



Fonte: Tabela 5.15.

Podem ser retiradas as seguintes conclusões:

a) o IQEF no Brasil foi sempre maior do que em Pernambuco;

b) no ano de 1991, Pernambuco teve um vale global do IQEF, como efeito da abertura comercial e do Plano Collor:

c) no ano de 1993, tanto no Brasil como em Pernambuco, há uma redução no grau de qualificação do emprego;

d) a partir de 1995 o IQEF em Pernambuco cai, para voltar a subir em 1997;

e) no Brasil, o IQEF cai a partir de 1996;

f) de 1990 a 1992, o IQEF passou, em Pernambuco, de 0,42 para 0,49, um aumento de 16,67%, e no Brasil de 0,48 para 0,56, uma elevação de também 16,67%. O volume

de emprego reduziu-se nos dois casos, o que indica que a mão-de-obra mais qualificada permaneceu no emprego;

g) de 1992 a 1994, o IQEF passou, em Pernambuco, de 0,49 para 0,53, uma elevação de 8,16%. No Brasil, passou de 0,56 para 0,57, um aumento de 1,8%. Como houve aumento no emprego, isso indica que foram contratadas pessoas mais qualificadas;

h) de 1994 a 1998, o IQEF, em Pernambuco, passou de 0,53 para 0,48, redução de 9,43%, e no Brasil, de 0,57 para 0,52, queda de 8,8%. Como houve redução no emprego, isso indica que há um menor nível de qualificação dos trabalhadores em Pernambuco e no Brasil.

Portanto, analisando-se os dados referentes ao IQEF, chega-se à conclusão de que a competitividade da indústria têxtil de Pernambuco é aquela, classificada por FAJNZYLBER de competitividade "espúria" , que tem efeitos apenas no curto prazo.

Após estudos feitos sobre competitividade, o Banco Mundial diz o seguinte:

> *"salários mínimos altos em países em desenvolvimento ocasionam desemprego, aumentam a desigualdade em relação ao mercado informal, incentivam técnicas intensivas em capital e reduzem o estímulo à educação (aproximando salários de pessoas qualificadas das não-qualificadas)."* (apud HAGUENAUER, 1989, p. 13).

Como pode ser visto pelos dados analisados anteriormente, o período pós 94, ou pós-Real, indica uma queda de competitividade da indústria têxtil, principalmente da de Pernambuco. Contrariamente ao que se poderia pensar, o padrão de competitividade vem caindo nos últimos anos, o que exige um estudo mais cuidadoso do período em questão.

Ainda no governo de Itamar Franco, em 93, Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, lançou o que ficou conhecido como "Plano FHC". O principal alvo de tal Plano, era o ataque à inflação, que foi diagnosticada como inercial. Então, na tentativa de neutralizar o processo de inflação/indexação, foi criada a Unidade Real de Valor (URV).

Já em primeiro de março de 1994, todos os valores passaram a ser corrigidos pela URV, diariamente, embora a moeda ainda fosse o cruzeiro. Em primeiro de julho

deste mesmo ano, a URV passou a ser a nova moeda da economia e foi denominada de real.

Outro ponto de interesse do Plano era o ajuste fiscal, quando foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE) composto por uma parcela de todos os valores que a União deve repassar aos estados e municípios.

A nova moeda, o real, passou a ser cotada na paridade de US$ 1,00=R$ 1,00.

Ainda em 1994, o governo liberou a importação de milhares de produtos, muitos deles vindos da Ásia, onde o custo com a mão-de-obra é ainda menor que o do Brasil. No caso particular da indústria têxtil, o país foi, literalmente, invadido pelos tecidos e confecções asiáticos. Isto levou a indústria brasileira a baixar os seus preços, até mesmo de forma acentuada.

Segundo dados da Conjuntura Econômica (2001), no período de 94/98, a indústria teve um aumento de produção da ordem de 13,43%, a de transformação de 3,04% e a têxtil teve uma queda de 23,11%. Esses dados mostram o prejuízo sofrido pela indústria têxtil com essa abertura comercial e a sobrevalorização do real. Antes disso tudo, ela já vinha sofrendo por conta da redução da alíquota da tarifa aduaneira de algodão, que já tinha levado o setor a uma grande concorrência externa, quando a mesma chegou a 0% no ano de 1990, como pode ser visto na tabela 5.16:

TABELA 5.16

BRASIL

Alíquotas da tarifa aduaneira de algodão

1988/2001

Ano	Alíquotas (%)
1989	10
1990	0
1991	0
1992	0
1993	0
1994	0
1995	1
1996	3
1997	3
1998	6

Fonte: IEL, CNA & SEBRAE, 2000, p. 54.

Reelaborada pela autora.

A inflação realmente caiu, contudo houve um déficit crescente na balança de transações correntes que foi financiado pela grande entrada do chamado "capital volátil" na balança de capitais, conforme pode ser visto na tabela 5.17:

TABELA 5.17

BRASIL

Contas do Balanço de Pagamentos

(US$ milhões)

1994/1998

Ano	Conta Corrente	Conta de Capitais	Saldo do Balanço de Pagamentos
1994	-1.689	14.294	12.939
1995	-17.972	29.359	13.480
1996	-23.502	33.968	8.666
1997	-30.791	25.795	-7.907
1998	-33.445	29.730	-7.970

Fonte: Conjuntura Econômica, 2000, p.XVII.

Para piorar ainda mais a situação, em setembro de 1994 o governo valorizou o real, passando a taxa de câmbio a ser a seguinte: US$ 1,00 = R$ 0,83. Como conseqüência, tem-se uma queda ainda mais acentuada dos preços industriais e um aumento no déficit comercial, além de um maior volume de recursos destinado ao pagamento de juros e rendimentos.

Em março de 1995, o real é desvalorizado, pois é quando ocorre a primeira fuga do "capital volátil" como reflexo da crise mexicana.[1] Adotaram-se duas bandas de variação cambial, uma larga, que era a meta anual, e outra estreita, que era aquela que incidiria sobre o real até atingir a banda larga.

Como conseqüência, teve-se um grande arrocho do crédito e uma elevação da taxa de juros com o objetivo de atrair novamente o "capital volátil".

A taxa de crescimento do PIB real caiu, passando de 5,85% em 94, para 4,22% em 95 e 2,76% em 96.

[1] Quando os aplicadores, em sua maioria mexicanos, começaram a trocar pesos por dólares, levando a um esgotamento das reservas cambiais mexicanas e à suspensão dos pagamentos externos pelo México.

No segundo semestre de 1997, houve nova fuga de capitais, agora devido à crise asiática.[2] Novamente, o governo adotou restrição ao crédito e aumento na taxa de juros.

Em agosto de 1998, mais uma vez os capitais "fugiram" do país, agora devido à moratória russa e, novamente, o governo adotou as mesmas medidas de corte ao crédito e aumento na taxa de juros.

No ano de 1999, já reeleito e não podendo mais segurar o real sobrevalorizado, o presidente Fernando Henrique Cardoso adotou uma grande desvalorização da moeda, que chegou próxima ao patamar de dois reais por dólar.

Para tornar a análise anterior mais completa e enriquecida, pretende-se, agora, analisar alguns dados mais amplos a respeito da produção, que foram retirados da PIA/FIBGE.

Primeiro serão colocados os valores para Pernambuco, tanto aqueles referentes à coleta direta como aqueles derivados de cálculos feitos com estes dados.

TABELA 5.18

PERNAMBUCO

Indústria têxtil – valores da produção

(Valores em Cruzeiros a preços de 1990)

1994/1999

Ano	VTI	COI	W	N	VA=VTI/N	SM=W/N
1994	69.439,06	52.523,09	17.515,80	7.462	9,31	2,35
1996	30.492,86	63.299,82	20.702,03	7.767	3,93	2,67
1997	29.250,16	56.834,49	14.316,47	5.418	5,40	2,64
1998	22.791,23	46.034,02	12.840,81	4.928	4,60	2,61
1999	29.390,58	58.857,21	12.498,77	5.578	5,27	2,24

Fonte: FIBGE, Pesquisa Industrial Anual (1994-1999).

[2] Crise ocorrida devido à especulação cambial, ou seja, à expectativa de queda das moedas sobrevalorizadas.

Como a nomenclatura já foi definida no Capítulo 4 dos procedimentos metodológicos, utilizou-se:

a) VTI: valor da transformação industrial

b) COI: custo das operações industriais

c) W: massa salarial

d) N: número de trabalhadores

e) VA: valor adicionado

f) SM: salário médio

Agora, os mesmos valores para o Brasil serão colocados na tabela 5.19, com a finalidade de permitir comparações entre Pernambuco e o país.

TABELA 5.19

BRASIL

Indústria têxtil – valores da produção

1994-1999

(Valores em Cruzeiros a preços de 1990)

Ano	VTI	COI	W	N	VA=VTI/N	SM=W/N
1994	4.461.910,44	3.380.707,05	915.025,67	253.355	17,61	3,61
1996	2.535.928,99	3.272.392,11	935.984,32	288.099	8,80	3,25
1997	2.227.320,44	3.027.936,22	836.428,72	254.662	8,75	3,28
1998	2.174.145,95	2.811.927,60	766.098,73	249.073	8,73	3,08
1999	2.681.332,48	3.376.223,25	724.841,27	260.988	10,27	2,78

Fonte: FIBGE, Pesquisa Industrial Anual (1994-1999).

O VTI caiu em Pernambuco em 57,67% e no Brasil em 39,91%, entre 1994/99, o que indica que o valor agregado em Pernambuco diminuiu bastante no período analisado, bem acima do Brasil.

O COI, em Pernambuco, eleva-se em 12,06% e no Brasil cai 0,13%.

Os salários tiveram uma redução de 28,64% em Pernambuco e de 20,78% no Brasil. Como o COI é composto de matérias-primas e salários, pode-se concluir que o

aumento do COI em Pernambuco deveu-se, basicamente, aos custos com matérias-primas, uma vez que os custos salariais foram reduzidos, o que comprova, mais uma vez, a competitividade a nível de baixos salários em Pernambuco.

O volume de emprego foi reduzido em 25,25% no estado de Pernambuco e aumentou em 3,01% no Brasil, ou seja, no país, apesar do número de empregos ter crescido, a quantidade de salários pagos se reduziu, o que indica um menor salário médio, como já foi visto anteriormente.

A produtividade medida como o resultado do VTI dividido pelo número de trabalhadores, buscando medir apenas o valor adicionado sem o COI, segundo análise de HAGUENAUER (1989), mostrou uma redução de 43,38% em Pernambuco e de 41,66% no Brasil. Apesar dos valores serem muito próximos, mostra, mais uma vez, que o padrão de competitividade da indústria têxtil nacional vem se reduzindo e de Pernambuco vem diminuindo em valores acima do Brasil.

Apesar do que se poderia acreditar, ou do que se tentou divulgar, o Plano Real trouxe efeitos negativos para a economia nacional, em especial para a indústria e, mais particularmente ainda, para a indústria têxtil. A sobrevalorização cambial, a liberação de importações, a elevação das taxas de juros, a necessidade de redução de preços pelo setor industrial para poder competir com as mercadorias externas, e, no caso de Pernambuco, a falta de incentivos, tudo isso associado levou a indústria têxtil a uma situação de dificuldades. Como reflexo de todo esse quadro, tem-se uma redução da competitividade, como foi mostrado anteriormente.

Como a taxa de câmbio, os juros e o crédito são utilizados como indicadores sistêmicos, a nível macro, de competitividade, através da observação do comportamento destes durante o Plano Real, sobrevalorização cambial, alta taxa de juros e restrição ao crédito, verifica-se que este foi um período de queda na competitividade da indústria têxtil nacional. No caso de Pernambuco, aliado a estes tem-se a falta de incentivos fiscais, como indicador político-institucional, e a queda de 9,43% na qualificação da mão-de-obra, medida pelo IQEF, contra 8,8% de queda no Brasil.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho procurou verificar se a indústria têxtil de Pernambuco conseguiu sobreviver à abertura comercial e se tornar competitiva, quando comparada ao Brasil. As hipóteses levantadas foram as de que Pernambuco não conseguiu se tornar competitivo em comparação ao Brasil e que a competitividade do estado se baseia em baixos custos salariais.

O período de análise do estudo foi o de 1990/1999, uma vez que considerou-se este como sendo um marco para a industrialização nacional e, em especial, para a indústria têxtil.

Sabe-se que, a nível macro, a competitividade de um setor é afetada pela taxa de câmbio sobrevalorizada, , pelos juros elevados e pela restrição ao crédito, dentro de uma infinidade de fatores internos e externos ao setor produtivo. A taxa de câmbio sobrevalorizada por tornar as exportações mais caras e importações mais baratas; os juros, pelos altos valores a serem pagos pelos empréstimos e por atraírem capital apenas especulativo e a restrição ao crédito, por dificultar a aquisição de novos equipamentos e de capital de giro para as empresas. Tudo isso ocorreu no período analisado, em especial pós Plano Real.

Este trabalho poderia se beneficiar de uma pesquisa direta, via questionários padronizados, junto aos agentes sociais (empresários e líderes trabalhistas). Portanto, como limitações do trabalho, pode-se citar a impossibilidade de aquisição de dados referentes à competitividade empresarial, como formas de gerenciamento, busca de qualificação e produtividade da mão-de-obra, o conhecimento do mercado, relações com clientes etc., o que só poderia ser conseguido com a aplicação de questionários específicos às empresas do setor. Só que a falta de financiamento, de estagiários e de um órgão de grande porte, como a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), por exemplo, tornam tal pesquisa inviável, principalmente quando o setor a ser examinado está passando por dificuldades, o que faz com que o empresariado do ramo tente ocultar informações.

Então, tendo em vista o exposto acima, procurou-se contornar tal problema através da coleta de dados secundários, via a FIBGE e a RAIS. Tais dados foram

fundamentais para o estudo, uma vez que, através destes, se conseguiu mostrar que as hipóteses apresentadas no capítulo 1, se confirmaram. Portanto, a aplicação de questionários poderia ter tido um papel complementar significativo, mas não indispensável para o desenvolvimento do estudo.

No período de 1994/1999, o VTI da indústria têxtil de Pernambuco reduziu-se em 58%, enquanto o do Brasil diminuiu em 40%, ou seja, o valor agregado em Pernambuco caiu bem acima do Brasil.

A produtividade diminuiu em Pernambuco de 43% e no Brasil em 41%. Como, segundo HAGUENAUER (1989), a produtividade está diretamente correlacionada com aumento de competitividade, estes dados indicam uma queda de competitividade de ambas as indústrias, principalmente a de Pernambuco.

Os salários, que é outra medida de competitividade, só que agora a chamada "competitividade espúria", segundo classificação de FAJNZYLBER (apud HAGUENAUER, 1989), tiveram o seguinte comportamento no período pós-Real: em Pernambuco, a massa salarial caiu 29%, a média reduziu-se em 5% e a concentração salarial diminuiu 29%. No Brasil, a massa caiu 21%, a média 21% e a concentração 9%.

A rotatividade da mão-de-obra, aumentou 270% em Pernambuco e 71% no Brasil, o que indica uma grande variação no emprego, principalmente em Pernambuco.

O IQEF reduziu-se, tanto em Pernambuco como no Brasil. Em Pernambuco, 9,4% e no Brasil 8,8%, que são valores bem próximos, sendo que o IQEF de Pernambuco, para 1998, era de 0,48 e o do Brasil era de 0,52, ainda bastante distantes do ideal que é 1.

Tudo isto indica que o setor têxtil, tanto a nível nacional como de Pernambuco, teve uma redução de competitividade no período analisado, em especial no pós-Real, sendo que a situação em Pernambuco ainda é mais grave do que a do Brasil, uma vez que, além de todos os indicadores de diminuição de competitividade, teve também grande redução de emprego, ficando em torno de 65% e de 31% no Brasil, o que indica uma situação de perda de competitividade associada à recessão no setor do estado.

Deve-se destacar, ainda, que, como o resultado da análise do Brasil é um valor de alta agregação e mostra, na verdade, uma média de todo o país, esta média, provavelmente, deve estar sendo "puxada para baixo" por situações semelhantes à de Pernambuco. Contudo, alguns estudos, como o do IEL, CNA & SEBRAE (2000), mostram

que, em alguns pólos, a situação da indústria têxtil indica recuperação dos padrões de competitividade "autêntica", segundo classificação de FAJNZYLBER (apud HAGUENAUER, 1989, pp.13/14), que é aquela que exige aumento de produtividade via incorporação de progresso técnico.

Além da análise dos dados acima, cabe aqui citar que a situação do parque têxtil do estado aparenta ser mais grave ainda, uma vez que empresas grandes e tradicionais em Pernambuco, estão "fechando as portas" , como a BRÁSPEROLA, e concedendo férias coletivas, como a SANTISTA, e transferindo toda uma linha de produção para outros estados, como a FIBRASIL/VICUNHA (GAZETA MERCANTIL).

Portanto, para que o setor têxtil de Pernambuco consiga recuperar padrões de competitividade, é necessário que haja uma política firme de incentivos fiscais associada a facilidades de financiamento de equipamentos modernos e do capital de giro das empresas, busca de uma matéria-prima de qualidade, entre outros, sendo que tudo isso depende, também, de um cenário macroeconômico favorável, com taxa de câmbio de flutuação livre com o mercado e de juros acessíveis, além de uma política social de treinamento e qualificação da mão-de-obra.

Enquanto isso não acontecer, a competitividade da indústria será apenas "espúria" e tão "volátil" quanto o capital especulativo.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo,* in SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* São Paulo: Paz e Terra, 1996, cap. 1, 9-37. 205p.

BAIN, J. *Barriers to new competition.* Cambridge: Harvard/UP, 1956, cap. 1. 329p.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. 319 p.

CASTRO, Antônio Barros de. *Ensaios sobre a economia brasileira.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. 235 p.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

CME – PIMES/UFPE. *A economia de Pernambuco: um estudo das transformações recentes.* Recife, 1975. 417 p.

CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro: FGV, Volume 55, no. 05, 2001.

COUTINHO, L. G. & FERRAZ, J.C. (Coordenadores). *Estudo de competitividade da indústria brasileira.* Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. 510 p.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo.* São Paulo: Difel. (Sem ano). 269 p.

DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio & RESENDE, Paulo-Edgar A. (Coordenadores). *Desafios da globalização.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 302 p.

FERRAZ, João Carlos, KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia. *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria.* Rio de Janeiro: Campus, 1995. 386 p.

FIBGE. *Pesquisa Industrial Anual.* Vários números. Rio de Janeiro: IBGE.

GAZETA MERCANTIL. Várias edições.

GRASSI, Robson A. *Comentários sobre a aplicação empírica do conceito estrutural de competitividade.* In: *Leituras de Economia Política,* Campinas, (4): 3-22, jun. 1997.198p.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste.* Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.295 p.

GUIMARÃES, E. A. *Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial.* Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 196p.

HAGUENAUER, Lia. *Competitividade: conceitos e medidas. Uma resenha de bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro.* Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, Texto para discussão n. 211, 1989. 33p.

_____; FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David S. *Competição e internacionalização da indústria brasileira.* In: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global.* Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996. Parte 2, cap. 10, p. 195-217. 292p.

HALL, R.; HITCH, C. *A teoria dos preços e o comportamento empresarial.* In: Literatura Econômica, 8(3), p. 379-414, 1986. 408p.

HIRST, Paul. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 364 p.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.194 p.

IEL, CNA & SEBRAE. *Análise da Eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira*. Brasília: IEL, 2000. 481p.

JERÔNIMO, Enimar de A. *A competitividade da indústria de produtos alimentares do Rio Grande do Norte: o caso da Simas Industrial S.A. (1989-1998)*. João Pessoa: UFPB, 2000. 130 p.

KALDOR, N. *Economics of imperfect competition de La Señora Robinson*. In: *Ensayos sobre el Valor y la Distribución*. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1973, 213 p.

KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Caps. 1, 8 e 9. 201p.

KUPFER, David. *Padrões de concorrência e competitividade*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, Texto para Discussão n. 265. 31p.

LABINI, P. S. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 199p.

LACERDA, Antônio C. *Plano Real: entre a estabilização duradoura e a vulnerabilidade externa*. In: KON, Anita (Org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 195-224. 310p.

LESBAUPIN, Ivo. (Organizador). *O desmonte da nação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 199p.

MALAN, Pedro Sampaio. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980. 346 p.

MARANHÃO, S. M. Q. A. *Tecnologia e trabalho: um estudo de caso na indústria têxtil de Pernambuco (1950-1980).* UFPE: Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1984. 187p.

MARANHÃO, Sílvio. (Organizador). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos politicos e ideológicos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 137 p.

MORAES, Antônio Carlos. *Plano Brasil Novo.* In: KON, Anita, (Org.). *Planejamento no Brasil II,* São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 167-194. 310p.

MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 170 p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.* 137 p.

OLIVEIRA, Graziela. (Coordenadora). *A indústria têxtil do algodão na Paraíba: produtividade e relações de trabalho.* João Pessoa: UFPB. 93 p.

PENROSE, Edith. *Teoria del crecimiento de la empresa.* Madrid: Aguilar, 1962. 298p.

POLLINI JÚNIOR, Airton B. *A restrição à importação de máquinas têxteis (1931/37) e a estrutura da indústria.* In: *Leituras de Economia Política,* Campinas, (4): 23-47, jun. 1997. 198p.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações.* Rio de Janeiro: Campus, 1993. 897p.

POSSAS, M.L. *Dinâmica da economia capitalista.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 352p.

_____. *Dinâmica e concorrência capitalista*. São Paulo: Hucitec, 1989. 178p.

_____. *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1985. 202p.

POSSAS, Maria Sílvia. *Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista*. São Paulo: Unicamp/IE, 1993. 236p.

_____; CARVALHO, Enéas Gonçalves. *Competitividade internacional: um enfoque teórico*. In: *ANPEC: Anais*, Fortaleza: 1211-1229, dezembro 1989. 1631 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978. 365 p.

PREALC. *Nuevas tecnologias, difusion sectorial, empleo y trabajo en Brasil: un balance*. N. 351, 1990. 96 p.

PROCHNIK, V. *programas regionais para a modernização e difusão de tecnologia em indústrias tradicionais*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, Texto para Discussão n. 199, 1989. 65p.

_____. & LISBOA, M. *Perspectiva para o complexo têxtil brasileiro*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ. Texto para Discussão n. 217, 1989. 68p.

_____. *Uma política industrial permanente para o complexo têxtil brasileiro*. In: *ANPEC: Anais*, Fortaleza: 1251-1266, dezembro 1989. 1631 p.

RAIS, MTb. CD ROM – 1990 a 1998.

ROBINSON, J. *Concorrência imperfeita reexaminada*. In: *Contribuições à economia moderna*. São Paulo: Zahar, 198-214, 1979. 313p.

ROSA, Antônio Lisboa da ... et. al. *A indústria têxtil cearense: um estudo sobre competitividade*. Fortaleza: FIEC, 1994. 166 p.

SANTOS, T. *Economia mundial – integração regional e desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro: Vozes, 1993, 144 p.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia.* São Paulo: Zahar, 1984. 534p.

_____. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 168p.

SILVA, Eduardo R. *Industrialização no Nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco – 1940-1990.* Recife: Tese de doutorado, 1999. 313p.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Omega, 1985. 120 p.

SINDITÊXTIL. *Perfil de indústria têxtil em Pernambuco.* Recife: SINDITÊXTIL, 2000. 33p.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950.* Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979, 272 p.

STEINDL, J. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano.* São Paulo: Nova Cultural, 1986. 261p.

SUDENE. *A indústria têxtil no Nordeste*. Recife: SUDENE, 1978. 26p.

_____. *Pesquisa sobre a indústria têxtil no Nordeste do Brasil.* Recife: SUDENE, 1971. 112p.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1986. 403 p.

TANNURI, Luís Antônio. *O encilhamento.* São Paulo: Hucitec, 1981. 140 p.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil.* São Paulo: Unicamp/IE, 1998. 206p.

VERSIANI, Flávio R. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Saraiva, 1978. 410p.

WOOD, A. *Uma teoria dos lucros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 205p.

ABSTRACT

The present work had as objective to analyze what is happened with the textile industry of Pernambuco in the period 1990/1999, that is to say, after the commercial opening of the end of the decade of 1980 and if this was gotten to turn competitive comparatively to the national textile industry. When doingit, it tried to verify the behavior of the productivity, to measure the degree of qualification of the labor and observe there was reduction of costs comparing some indicators of competitiveness for Pernambuco and Brazil. It was looked for to discover because the competitiveness of the textile industry of Pernambuco is basead, mainly, in the low wages and because she was not gotten to turn competitive in comparison to Brazil. For so much, data of FIBGE were used and of RAIS/Ministry of the Work. The results of the research indicate that the productivity, the mass and the salary average were reduced, however the employment level increased. They also showed that the qualification of the labor was reduced in the analyzed period. This indicates that there was a fall of competitiveness in Brazil and in Pernambuco, only that larger in the state, besides having assocated to the employment reduction, what shows decrease of competitiveness with recession in the textile industry of Pernambuco.

ANEXOS

ANEXO 1

BRASIL

Média salarial

(Salários mínimos)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	4,73	1	10	0,41
1991	5,96	1	10	0,55
1992	5,98	1	10	0,55
1993	4,83	1	10	0,43
1994	5,21	1	10	0,47
1995	4,85	1	10	0,43
1996	4,71	1	10	0,41
1997	4,53	1	10	0,39
1998	4,11	1	10	0,35

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 2

PERNAMBUCO

Média salarial

(Salários mínimos)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	2,96	1	10	0,22
1991	3,11	1	10	0,23
1992	4,47	1	10	0,39
1993	3,06	1	10	0,23
1994	3,58	1	10	0,29
1995	3,47	1	10	0,27
1996	3,52	1	10	0,28
1997	3,96	1	10	0,33
1998	3,40	1	10	0,27

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 3

BRASIL

Concentração salarial

(%)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	81,94	0	100	0,82
1991	87,75	0	100	0,88
1992	89,68	0	100	0,89
1993	80,83	0	100	0,81
1994	82,62	0	100	0,83
1995	80,53	0	100	0,80
1996	80,25	0	100	0,80
1997	79,60	0	100	0,80
1998	74,92	0	100	0,75

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

BIBLIOTECA CENTRAL / UFPB

ANEXO 4

PERNAMBUCO

Concentração salarial

(%)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	58,84	0	100	0,59
1991	66,71	0	100	0,67
1992	68,99	0	100	0,69
1993	48,45	0	100	0,48
1994	70,25	0	100	0,70
1995	78,84	0	100	0,79
1996	60,83	0	100	0,61
1997	57,89	0	100	0,58
1998	50,00	0	100	0,50

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 5

BRASIL

Grau de instrução

(%)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	26,28	0	100	0,26
1991	27,63	0	100	0,28
1992	28,94	0	100	0,29
1993	30,98	0	100	0,31
1994	36,05	0	100	0,36
1995	40,24	0	100	0,40
1996	39,61	0	100	0,40
1997	44,41	0	100	0,44
1998	47,24	0	100	0,47

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 6

PERNAMBUCO

Grau de instrução

(%)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	27,31	0	100	0,27
1991	26,75	0	100	0,27
1992	28,02	0	100	0,28
1993	28,35	0	100	0,28
1994	32,84	0	100	0,33
1995	33,98	0	100	0,34
1996	39,80	0	100	0,40
1997	48,75	0	100	0,49
1998	53,10	0	100	0,53

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 7

BRASIL

Rotatividade

(%)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	46,09	0	100	0,57
1991	37,84	0	100	0,65
1992	32,50	0	100	0,71
1993	33,50	0	100	0,70
1994	21,04	0	100	0,83
1995	27,65	0	100	0,76
1996	21,32	0	100	0,83
1997	38,25	0	100	0,65
1998	36,01	0	100	0,67

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 8

PERNAMBUCO

Rotatividade

(%)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	38,19	0	100	0,65
1991	63,40	0	100	0,39
1992	29,53	0	100	0,74
1993	27,98	0	100	0,76
1994	8,57	0	100	0,96
1995	13,07	0	100	0,92
1996	38,86	0	100	0,64
1997	52,38	0	100	0,50
1998	31,68	0	100	0,72

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 9

BRASIL

Experiência

(Anos)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	31	0	100	0,33
1991	31	0	100	0,33
1992	32	0	100	0,35
1993	32	0	100	0,35
1994	32	0	100	0,35
1995	32	0	100	0,35
1996	32	0	100	0,35
1997	32	0	100	0,35
1998	32	0	100	0,35

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 10

PERNAMBUCO

Experiência

(Anos)

1990/1998

Ano	Vo	Pv	Mv	Índice=(Vo-Pv)/Mv-Pv
1990	32	0	100	0,35
1991	33	0	100	0,37
1992	33	0	100	0,37
1993	33	0	100	0,37
1994	32	0	100	0,35
1995	33	0	100	0,37
1996	33	0	100	0,37
1997	33	0	100	0,37
1998	33	0	100	0,37

Fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 11

BRASIL

IQEF

1990/1998

Anos	Média Salarial	Concentração Salarial	Instrução	Rotatividade	Experiência	IQEF
1990	0,41	0,82	0,26	0,57	0,33	0,48
1991	0,55	0,88	0,28	0,65	0,33	0,54
1992	0,55	0,90	0,29	0,71	0,35	0,56
1993	0,43	0,81	0,31	0,70	0,35	0,52
1994	0,47	0,83	0,36	0,83	0,35	0,57
1995	0,43	0,81	0,40	0,76	0,35	0,55
1996	0,41	0,80	0,40	0,83	0,35	0,56
1997	0,39	0,80	0,44	0,65	0,35	0,53
1998	0,35	0,75	0,47	0,67	0,35	0,52

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

ANEXO 12

PERNAMBUCO

IQEF

1990/1998

Anos	Média Salarial	Concentração Salarial	Instrução	Rotatividade	Experiência	IQEF
1990	0,22	0,59	0,27	0,65	0,35	0,42
1991	0,23	0,67	0,27	0,39	0,37	0,39
1992	0,39	0,69	0,28	0,74	0,37	0,49
1993	0,23	0,48	0,28	0,76	0,37	0,42
1994	0,29	0,70	0,33	0,96	0,35	0,53
1995	0,27	0,79	0,34	0,92	0,37	0,54
1996	0,28	0,61	0,40	0,64	0,37	0,46
1997	0,33	0,58	0,49	0,50	0,37	0,45
1998	0,27	0,50	0,53	0,72	0,37	0,48

Fonte: RAIS/Ministério do Trabalho.

Elaborada pela autora.

Digitalizado com CamScanner